

LENORA DE CASTRO BARBO

**A APLICAÇÃO DO GEOPROCESSAMENTO NA REABILITAÇÃO
DAS ESTRADAS COLONIAIS DO PLANALTO CENTRAL
NOS LIMITES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista. Curso de pós-graduação *lato sensu* em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística. Programa de Pesquisa e Pós-graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo José da Costa Ribeiro

BRASÍLIA
setembro / 2009

Para os três ‘engenheiros’ da minha vida:

Manoel Demóstheneis,

Rogério e

Bruno.

Agradeço aos professores do Reabilita pelo estímulo e apoio ao longo do curso, ao Valmor e Hudson pela assistência e ao Caio, um tutor muito especial, pelo incentivo.

Agradeço aos funcionários do Programa de Pós-Graduação da FAU/UnB, Raquel, Francisco Jr. e João, pela assistência e apoio.

Agradeço ao meu orientador, prof. Rômulo Ribeiro, pelos subsídios fornecidos e pelas contribuições durante o desenvolvimento desta monografia. À prof^a. Sylvia Ficher pelas sugestões e aperfeiçoamento do trabalho.

Um agradecimento especial ao prof. Andrey Schlee pelas contribuições, dedicação e rigor, e, principalmente, por acreditar na minha pesquisa desde o início.

Sumário

Lista de figuras	vi
Lista de siglas	ix
Resumo	x
Introdução	1
1. Estradas coloniais na cartografia histórica	3
1.1. 1751 – Primeira Carta da Capitania de Goiás	7
1.2. [] – Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará	9
1.3. 1778 – Carta ou Plano da Capitania de Goyas	12
1.4. 1836 – Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes	15
1.5. 1893 – Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão	18
1.6. 1894 – Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal	20
1.7. 1895 – Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada	22
1.8. 1896 – Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895	24
1.9. 1958 – Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral	25
1.10. 1960 – Novo Distrito Federal	27
2. Material e métodos	28
2.1. Material	28
2.1.1. CBERS	28
2.1.1.1. CCD	28
2.1.2. SRTM	29
2.1.3. SIG	30
2.1.3.1. ArcGIS	30
2.1.3.2. ArcScene	30

2.2. Métodos	31
2.2.1. Levantamento de documentos cartográficos	31
2.2.2. O georeferenciamento da cartografia histórica	31
2.2.3. Digitalização em tela das Estradas Coloniais	32
2.2.4. Modelagem 3D	32
3. A reconstituição dos caminhos de ocupação nos limites do atual Distrito Federal	34
Considerações finais	41
Bibliografia	44
Referências cartográficas	46
Anexos	48
Anexo 1. Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.	49
Anexo 2. Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.	50
Anexo 3. Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.	51
Anexo 4. Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.	52

Lista de figuras

- 1 **Primeira Carta da Capitania de Goiás.** Área de estudo destacada em vermelho. 1751. COLOMBINA, F. T. In: BERTRAN; FAQUINI (2002). *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: Origens*. p. 135. 8
- 2 **Detalhe da Primeira Carta da Capitania de Goiás.** Estrada Colonial em destaque vermelho. 1751. COLOMBINA, F. T. In: BERTRAN; FAQUINI (2002). *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: Origens*. p. 135. 9
- 3 **Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.** Área de estudo destacada em vermelho. 17--. [?]. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Coleção Morgado de Mateus*. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm. Acesso em 22/11/2008. 10
- 4 **Detalhe do Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.** Estrada Colonial em destaque vermelho. 17--. [?]. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Coleção Morgado de Mateus*. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm. Acesso em 22/11/2008. 11
- 5 **Roteiro de viagem de José da Costa Diogo.** Destaque em vermelho para sítios localizados nos limites do atual Distrito Federal. In: ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 40. 12
- 6 **Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilmº e Exmº Sr. Joze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78.** Área de estudo destacada em vermelho. 1778. SOUZA, T de. In: PINHEIRO; COELHO (orgs.) (2006). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. p. 147. 13
- 7 **Detalhe da Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilmº e Exmº Sr. Joze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78.** Estrada Colonial em destaque vermelho. 1778. In: PINHEIRO; COELHO (orgs.) (2006). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. p. 147. 14
- 8 **Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz.** Área de estudo destacada em vermelho. 1836. MATOS, R. J. C. In: IPHAN; FUNPEL (2000). *Dossiê de Goiás*. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Fonte: SEDOC / Exército – Brasília. 16
- 9 **Detalhe da Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz.** Estrada Imperial em destaque vermelho. 1836. MATOS, R. J. C. In: IPHAN; FUNPEL (2000). *Dossiê de Goiás*. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Fonte: SEDOC / Exército – Brasília. 17
- 10 **Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão.** Área de estudo destacada em vermelho. 1893. COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. In: Acervo Lenora de Castro Barbo. 19

11	Detalhe do Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. Estradas em destaque vermelho. 1893. COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. In: Acervo Lenora de Castro Barbo	20
12	Mapa Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa. Estradas em destaque vermelho. 1894. PIMENTEL, A. M. A. In: PIMENTEL (1985). <i>A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil</i> . p. 5.	21
13	Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Área de estudo destacada em vermelho. 1895. COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. In: Acervo Lenora de Castro Barbo.	23
14	Detalhe do Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Estradas em destaque vermelho. 1895. COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. In: Acervo Lenora de Castro Barbo.	24
15	Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895. Estradas em destaque vermelho. 1896. MORIZE, H. In: CRULS(1957). <i>Planalto Central do Brasil</i> . p. 335.	25
16	Mapa Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral. Estrada em destaque vermelho. 1958. PARADA, J. M; GERULEWICZ, J. Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, In: FARIAS. (2006). <i>Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958</i> . p. 99.	26
17	Mapa Novo Distrito Federal. Estradas em destaque vermelho. 1960. IBGE. Organização e desenho do Eng ^o -Cartógrafo Clóvis de Magalhães. In: IBGE (1960). <i>Atlas do Brasil: Geral e Regional</i> . Anexo.	27
18	Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilm^o e Exm^o Sr. Joze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78. 1778. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	34
19	Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz. 1836. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	35
20	Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. 1893. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	35
21	Mapa Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa. 1894. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	36
22	Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. 1895. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	36
23	Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895. 1896. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	37

24	Mapa Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral. 1958. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	37
25	Mapa Novo Distrito Federal. 1960. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.	38
26	Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C.	38
27	Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C.	38
28	Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C.	39
29	Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C.	39
30	Vista aérea sobre a Apa do Cafuringa. Os chapadões com vestígios de antigas estradas. Foto: FAGG, Christopher William. In: Semarh (2005). <i>APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF</i> . p. 397.	

Lista de siglas

1	CAD	<i>Computer Aided Design</i>
2	CBERS	<i>China Brazil Earth Resource Satellite</i>
3	CCD	<i>Charge-Couple Device</i>
4	CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
5	DF	Distrito Federal
6	ESRI	<i>Environmental Systems Research Institute</i>
7	EUA	Estados Unidos da América
8	FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
9	GIS	<i>Geographic Information System</i>
10	IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
11	IR-MSS	<i>InfraRed Multispectral Scanner Subsystem</i>
12	MDE	Modelo Digital de Elevação
13	MNT	Modelo Numérico de Terreno
14	NASA	<i>National Aeronautics and Space Administration</i>
15	SICAD	Sistema Cartográfico do Distrito Federal
16	SIG	Sistema de Informações Geográficas
17	SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
18	SRTM	<i>Shuttle Radar Topography Mission</i>
19	UnB	Universidade de Brasília
20	USGS	<i>United States Geological Survey</i>
21	WFI	<i>Wide Field Imager</i>
22	[?]	Autor não identificado

Resumo

A grande distância que separa Goiás do litoral, assim como suas especificidades históricas, resultou no estabelecimento de uma rede de antigas estradas. A pesquisa tem por objetivo a reabilitação dessas importantes vias de comunicação do Brasil colonial, nos limites do atual Distrito Federal, por meio da cartografia histórica, do período de 1751 a 1896, e a partir do relato de cronistas e viajantes, dos sécs. XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. A esses mapas foram acrescentados mais dois mapas produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, 1958 e 1960, por sua verossimilhança, já que os mapas do séc. XX, também, trazem registros das antigas estradas que, até aquele momento, ainda cruzavam o território escolhido para sediar a Nova Capital. O trabalho se realizou em cinco etapas. A primeira consistiu no levantamento dos documentos cartográficos a serem estudados. A segunda etapa se deu com o georeferenciamento individual de oito mapas, a partir do Sicad de 1991, atualizado em 1997. A digitalização em tela das estradas individualmente por mapa foi a terceira etapa. A quarta etapa consistiu na sobreposição do percurso das estradas registradas nos mapas históricos a uma imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. Por fim, foi realizada a quinta etapa, a geração do modelo tridimensional do território do Distrito Federal, com a sobreposição das estradas históricas. A redescoberta dos caminhos reais no Planalto Central permitirá uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural e a reafirmação da sua importância histórica.

Palavras-chave: geoprocessamento; cartografia histórica; estradas coloniais do Planalto Central; reabilitação; Distrito Federal.

INTRODUÇÃO

A história do povoamento do interior brasileiro está vinculada à abertura das rotas terrestres e a conquista das vias fluviais a partir do século XVI, quando as bandeiras paulistas se expandiram na busca de braços indígenas e, a partir dos anos de 1700, na busca de pedras preciosas. Em 1719, foi descoberto ouro no Mato Grosso e, a seguir, em 1726, Bartolomeu Bueno da Silva Filho e seus companheiros descobriram ouro em Goiás, dando início ao povoamento na região. Em razão da descoberta, já em 1730, a Coroa restringiu as vias de circulação, inicialmente a um único caminho. Em 1732, os viajantes foram forçados a entrar em Goiás pelos registros mandados estabelecer no rio Jaguary (São Paulo) e foram proibidas as picadas para as Minas dos Guayazes (para melhor fiscalizar e cobrar o direito de entrada e cessar o extravio de ouro). Não era sem razão a preocupação da Coroa, pois as numerosas picadas já então abertas para Goiás eram portas francas para a prevaricação e o contrabando:

pela picada de Goiás ia ter os denominados currais do rio S. Francisco, por onde entrava grande comércio de gados e fazendas, se escoava também o ouro em pó, quase que a única moeda então existente para toda a espécie de transações.¹

As Estradas Reais foram os mais importantes eixos de povoamento da região do Planalto Central, durante todo o século XVIII e parte do século XIX, e eram os principais troncos viários das quatro capitanias do centro-sul da colônia: Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia.

Como que renunciando o futuro, entroncavam-se no Distrito Federal, há dois séculos e meio, duas das mais importantes estradas da história da colonização brasileira, autênticas vigas mestras soldando por dentro a união do país e curiosamente ligando Brasília às capitais que a antecederam: Salvador e Rio de Janeiro. A estrada de Salvador vinha pelo sertão baiano e (...) prosseguia para (...) Vila Bela da Santíssima Trindade, primeira capital do Mato Grosso, aos pés do rio Guaporé, divisando a fronteira boliviana, a mais ocidental povoação portuguesa a confrontar os domínios de Espanha no século XVIII. Estendia-se por cerca de 2,8 mil quilômetros e, enquanto jorrou ouro em Goiás e Mato Grosso, constitui-se na principal estrada mercantil do país por léguas transpostas. Já a estrada do Rio Janeiro para São Luís e Belém do Pará dava entrada na capitania de Goiás pelo registro de Arrependedos, dirigindo-se a Luziânia. (...) Em Luziânia a Estrada Real do Rio Janeiro podia despejar diretamente para Oeste, para Pirenópolis, onde encontrava outra estrada importante pelo pioneirismo: a que ligava São Paulo às minas de Goiás. Se o viajante porém quisesse seguir para o Norte, de Luziânia dirigia-se, através do Plano Piloto de Brasília, para a Contagem de São João e depois para Planaltina, (...) atingindo Belém do Pará pela região bragantina. (...) esse 'simile' da futura Belém – Brasília media seus bons 3,5 mil quilômetros desde o Rio de Janeiro.²

¹ ALENCASTRE (1979). *Anais da Província de Goiás: 1863*. p. 51.

² BERTRAN (2000). *História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. p. 139.

Grande parte dos trechos das estradas coloniais que cruzavam o atual Distrito Federal não existe mais, foram desfeitos pela implantação de Brasília. Caminhos cujos percursos foram destruídos pelo tempo, deliberadamente ignorados a partir da construção da Capital – imaginada como emblema da modernidade, símbolo do entusiasmo e da união nacional.

O trabalho ora apresentado tem por objetivo a reabilitação dessas importantes vias de comunicação do Brasil colonial, nos limites do Distrito Federal, por meio da cartografia histórica, do período entre 1751 e 1896. Para tanto, foram refeitos os percursos registrados nesses documentos; a seguir, os trajetos foram confrontados com as informações registradas em mapas da região produzidos em época imediatamente anterior à construção de Brasília, 1958 e 1960, e, finalmente, o resultado foi lançado em modelo de elevação digital, com detalhes do relevo e da topografia do território do DF.

Ao todo, foram analisados dez mapas, em catorze documentos cartográficos, sendo três do século XVIII – *Primeira Carta da Capitania de Goiás*, por Francisco Tosi Colombina, de 1751; *Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará*, de autor desconhecido, de 17--; e a *Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal*, por Tomás de Souza, de 1778 --; cinco do século XIX – *Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes*, por Cunha Matos, de 1836; *Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão*, pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, de 1893; o mapa *Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil*, por Antonio Pimentel, de 1894; *Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada*, pela Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, de 1895; e a *Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895*, por Henrique Morize, de 1896 --; e dois do século XX – *Planta-Índice Cadastral sobre folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro da área*, por Joffre Mozart Parada e Janusz Gerulewicz, da Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, em 1958; e o *Novo Distrito Federal*, por Clóvis de Magalhães, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, de 1960.

Para ampliar o conhecimento do território do atual Distrito Federal, e considerando que a história oficial de Brasília omite alguns séculos da história dessa região, foram utilizados dados sobre as paisagens extraídos dos relatos dos cronistas e viajantes que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia. Foi estudado o material produzido por oito cronistas, sendo quatro do século XVIII e quatro do século XIX: José da Costa Diogo (1734); Tosi Colombina (1751); José de Almeida e Vasconcelos de Soveral e Carvalho (1773); Luís da Cunha Menezes (1778); Raimundo José da Cunha Matos (1823); Luiz Cruls (1892-1896); Antonio Martins de Azevedo Pimentel (1892-1896) e Henrique Morize (1892-1896).

1. ESTRADAS COLONIAIS NA CARTOGRAFIA HISTÓRICA

Desde épocas remotas, o ser humano vem utilizando-se da elaboração de mapas como meio de armazenamento de conhecimentos sobre a superfície terrestre, tendo como finalidade não só conhecer, mas, especialmente, administrar e racionalizar o uso do espaço geográfico envolvente³.

Mapas históricos guardam informações geográficas que são fundamentais para a reconstrução de lugares do passado. Por diversas vezes, detêm informações não contidas em qualquer outra fonte escrita, tais como nomes de locais, fronteiras e aspectos físicos que podem ter sido modificados ou apagados pela ação do homem. Mapas históricos capturam as atitudes daqueles que o fizeram e representam as “visões de mundo” de sua época.

*Os mapas, junto a qualquer cultura, sempre foram, são e serão formas de saber socialmente construído; portanto, uma forma manipulada do saber. São imagens carregadas de julgamentos de valor. Não há nada inerte e passivo em seus registros.*⁴

A Cartografia de Portugal da época da política colonialista foi marcada pela expansão ultramarina e pela navegação, adquirindo um caráter utilitário, com intensa produção de mapas marítimos mostrando a configuração das costas e o delineamento de continentes e ilhas. A Cartografia portuguesa influenciou profundamente o início do desenvolvimento dessa atividade no Brasil. Posteriormente, tivemos outras influências, mas nos primórdios de nossa história colonial a marca portuguesa é incontestável⁵.

A vinda família real para o Brasil, em 1808, foi responsável pelo surgimento de uma cartografia própria de nossa nação, mesmo que sob a influência das técnicas e do estilo europeu. O governo imperial adotou medidas visando organizar-se administrativamente e criou o Arquivo Militar, a Academia da Marinha e a Academia de Artilharia e Fortificação. Coube aos dois últimos a incumbência de preparar os técnicos especialistas que dariam andamento aos trabalhos de ordem geográfica e cartográfica⁶.

Segundo definição do IBGE, temos⁷:

CARTA: é a representação de uma porção da superfície terrestre no plano, geralmente em escala média ou grande, oferecendo-se a diversos usos, como por exemplo, a avaliação precisa de distâncias, direções e localização geográfica dos aspectos naturais e artificiais, podendo ser subdividida em folhas, de forma sistemática em consonância a um plano nacional ou internacional.

³ DUARTE (2008). *Fundamentos de cartografia*. p.19.

⁴ HARLEY apud MARTINELLI (2008). *Mapas de geografia e cartografia temática*. p. 8.

⁵ DUARTE (2008). *Fundamentos de cartografia*. p. 41.

⁶ DUARTE (2008). *Fundamentos de cartografia*. p.42.

⁷ IBGE Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm. e http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoos/representacao.html. Acesso em 26/08/2009.

CARTOGRAFIA: é um conjunto de estudos e operações científicas, técnicas e artísticas que, tendo como base os resultados de observações diretas ou a análise de documentação já existente, visa a elaboração de mapas, cartas e outras formas de expressão gráfica ou representação de objetos, elementos, fenômenos e ambientes físicos e socioeconômicos, bem como sua utilização.

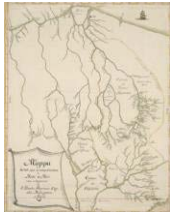
MAPA: representação no plano, normalmente em escala pequena, dos aspectos geográficos, naturais, culturais e artificiais de toda a superfície (Planisfério ou Mapa Mundi), de uma parte (Mapas dos Continentes) ou de uma superfície definida por uma dada divisão político-administrativa (Mapa do Brasil, dos Estados, dos Municípios) ou por uma dada divisão operacional ou setorial (bacias hidrográficas, áreas de proteção ambiental, setores censitários).

PLANTA: é um caso particular de carta. A representação se restringe a uma área muito limitada e a escala é grande, consequentemente o número de detalhes é bem maior.

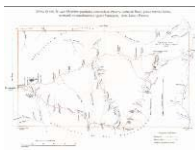
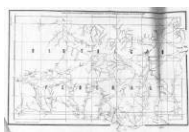
Nos documentos históricos analisados neste trabalho, as estradas coloniais eram referenciadas por nomes diversos, tais como *Estrada Geral do Sertão*, *Picada de Goiás*, *Estrada Real dos Goyazes*, *Estrada dos Currais*, *Caminho das Minas dos Goyazes*, *Estrada dos Couros*, *Estrada da Contagem de São João*... Mas, no trecho em que cruzavam o atual território do Distrito Federal (DF), elas praticamente se sobrepunham, traçando um percurso principal na sua porção norte, de onde partiam duas picadas que se encontravam em Santa Luzia (Luziânia), ao sul do DF.

Com o objetivo de mapear o percurso dessas importantes vias de comunicação do Brasil colonial que passavam, há mais de duzentos anos, pelo Planalto Central nos limites do atual DF, procedemos à análise de dez mapas, em catorze documentos cartográficos (**Quadro 1**).

Quadro 1 – Quadro de sistematização dos documentos cartográficos

Mapa	Documento cartográfico	Imagem	Data	Autor	Fonte consultada	Viajantes
1	Primeira carta da Capitania de Goiás, pelo engenheiro italiano Francisco Tosi Colombina, 1751.		1751	Francisco Tosi Colombina	BERTRAN; FAQUINI. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002.p.135.	Francisco Tosi Colombina
2	Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitânicas de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará.		17--	[?]	Biblioteca Nacional (Brasil). Coleção Morgado de Mateus. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm .	[?]

3	Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal.		1778	Thomas de Souza	PINHEIRO; COELHO (orgs.). O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 147.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho.
4	"Mapa dos Julgados" da Capitania de Goiás.		1778	Tomás de Souza	ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO. Viagem pela Estrada Real dos Goyazes. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 73.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
5	A "Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyas", ou "Mapa dos Julgados".		1778	Thomas de Souza	BERTRAN (org.). Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783. Goiânia: UCG: UFG; Brasília: Solo Editores, 1996. t.1 p.101.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
6	Carta da Capitania de Goiás no auge de sua expansão no século 18.		1778	Thomas de Souza	BERTRAN; FAQUINI. Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p.136-137.	José Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho,
7	Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes – organizado por Cunha Matos.		1825	Raimundo José da Cunha Mattos	IPHAN & FUNPEL. Dossiê de Goiás. Goiânia, 2000.	Raimundo José da Cunha Mattos
8	Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes – organizado por Cunha Matos.		1836	Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz	COSTA (org.). Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.173.	Raimundo José da Cunha Matos

9	Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão.		1893	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
10	Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal.		1894	Antonio Martins de Azevedo Pimentel	PIMENTEL. A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil. 2. ed. facsimilada. Brasília: Thesaurus, 1985. p. 5.	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
11	Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada.		1895	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
12	Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895.		1896	Henrique Morize	CRULS. Planalto Central do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957. p. 335.	Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil, chefiada por Luiz Cruls
13	Planta-Índice Cadastral sobre folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal obtida pelo lançamento das divisões de todos os imóveis situados dentro da área, 1958.		1958	Engº Joffre Mozart Parada, Engº Janusz Gerulewicz Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal.	FARIAS. Terras no DF – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História, UnB, 2006. p. 99.	
14	Novo Distrito Federal		1960	Engº- Cartógrafo Clóvis de Magalhães	IBGE. Atlas do Brasil: geral e regional. Segunda Tiragem. Lucas-RJ: IBGE, 1960. p. 706.	

1. 1. 1751 - Primeira Carta da Capitania de Goiás

Em 1750, para elaboração da Carta Geográfica da Capitania de Goiás, logo após o seu desligamento da Capitania de São Paulo, foi escolhido “o medidor de terras e abridor de caminhos oficiais” Francisco Tosi Colombina, cartógrafo, explorador, geógrafo e engenheiro militar.⁸ Em texto manuscrito e assinado, “Primeira Carta da Capitania de Goiás”, 1751 (**Figura 1**), o cartógrafo esclarece que, na elaboração do documento, reuniu e organizou informações de viajantes e sertanistas, em complementação ao conhecimento adquirido em suas viagens e experiências pessoais. Citou as fontes de cada trecho desenhado, desculpou-se por erros que poderiam surgir e, ao mesmo tempo em que afirmou ter a intenção de fazer outro mapa com mais detalhes, cobrou a autorização para a abertura do novo caminho de Vila Boa até a cidade de São Paulo e a Vila de Santos.

Colombina e outros propuseram abrir uma estrada de carros de S. Paulo para Cuiabá, passando pela capital de Goiás, e requereram a concessão do privilégio do seu rendimento por espaço de dez anos, e uma sesmaria de três em três léguas em toda a extensão da projetada via de comunicação. Foi essa pretensão deferida por provisão de 6 de dezembro de 1750. Era uma idéia gigantesca, para poder ser nessa época levada a efeito. O privilégio caducou por nunca terem os empresários podido organizar a companhia que se devia encarregar desses trabalhos, e levantar os capitais que se faziam necessários para execução das obras.⁹

O mapa traz informações variadas e rotas, tanto terrestres quanto fluviais, que ligavam a Vila de Santos, em São Paulo, ao Centro-Oeste. Assinala, também, os rios, córregos e outros marcos naturais da região.

O roteiro pontilhado no mapa, marcando o percurso por terra na Capitania inicia em Santos (São Paulo) e segue, rumo ao norte, até Descoberto do Carmo (Natividade). Nas proximidades do território do atual Distrito Federal, a estrada passa por Meia Ponte (agora Pirenópolis) (**Figura 2**). Em Meia Ponte nasce um outro caminho, a oeste, que segue até Vila Boa (cidade de Goiás), e atravessa o Mato Grosso, passando por Cuiabá, até as margens do Rio Madeira.

⁸ Colombina foi contratado pelo Marquês de Pombal e estava a serviço do primeiro governador de Goiás, Dom Marcos de Noronha, Conde dos Arcos.

⁹ ALENCASTRE (1979). *Anais da Província de Goiás*: 1863. p.124.

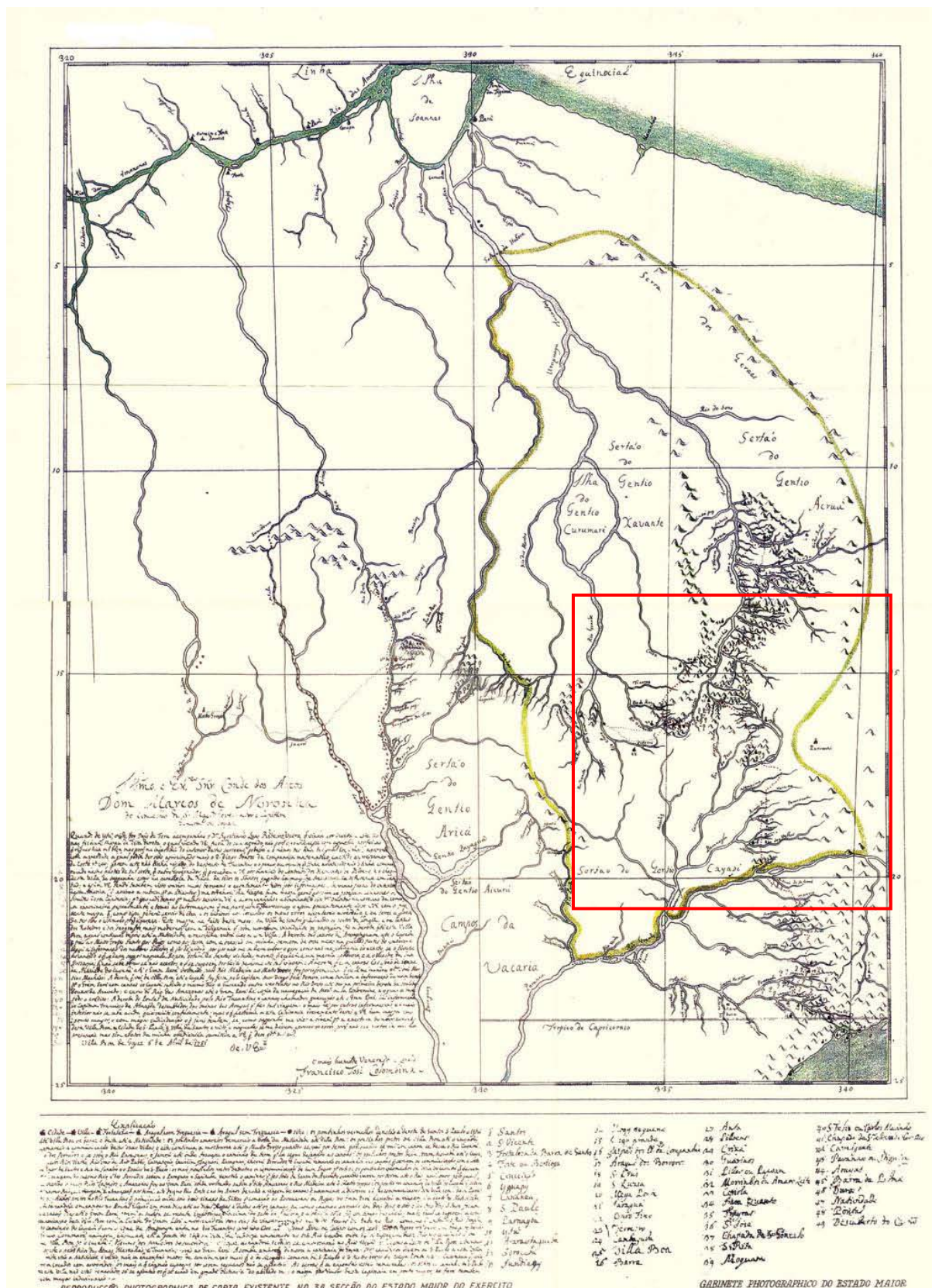


Figura 1 – Primeira Carta da Capitania de Goiás. Área de estudo destacada em vermelho.

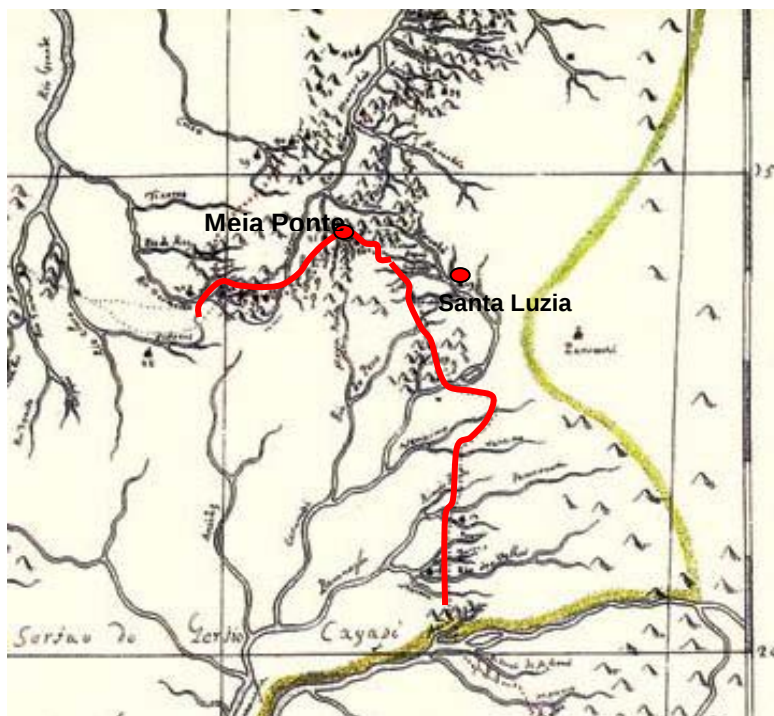


Figura 2 – Detalhe da Primeira Carta da Capitania de Goiás. Estrada Colonial em destaque vermelho.

1. 2. [] - Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará

O “Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitancias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará” (**Figura 3**), catalogado pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, não traz identificação nem de seu autor, nem de sua data. Mas, uma comparação com o mapa de Tosi Colombina, de 1751, surpreende pela similaridade (**Figura 4**). A grande diferença se dá pelo carimbo no canto inferior esquerdo, que no mapa de Colombina traz um texto manuscrito e assinado pelo autor com instruções para a leitura do mapa, descrevendo cada itinerário ao longo dos caminhos e registrando cada cidade, vila, fortaleza, arraial com freguesia, arraial sem freguesia, sítios e a capital, no total de quarenta e nove localidades. No mapa disponibilizado digitalmente pela Biblioteca Nacional¹⁰, neste exato local está o nome do mapa. Demais detalhes significativos são representados igualmente.

¹⁰ Biblioteca Nacional (Brasil) (2008). *Coleção Morgado de Mateus*. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm. Acesso em 22/11/2008.

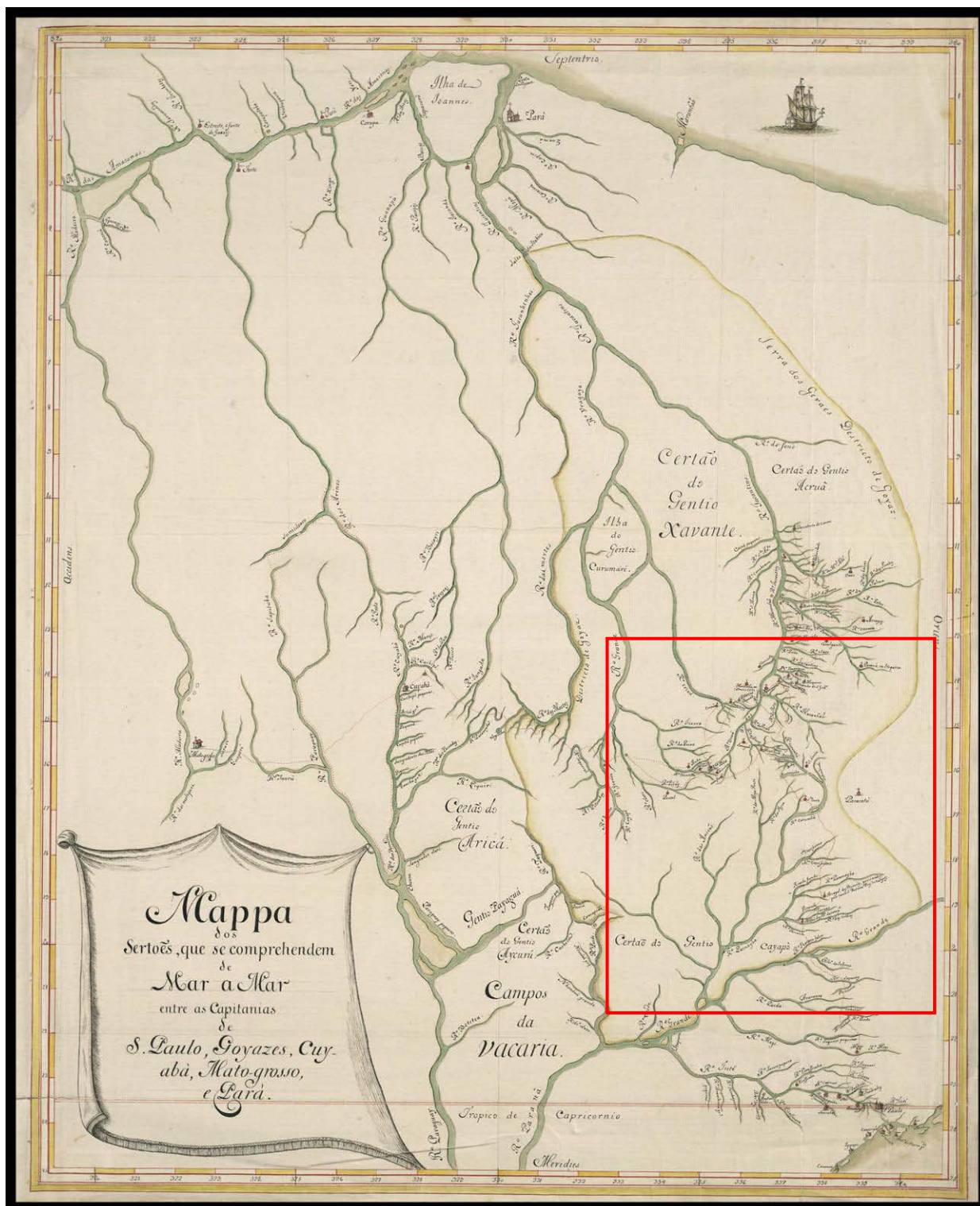


Figura 3 – Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitãcias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará. Área de estudo destacada em vermelho.

nominalmente os pontos transpostos, podemos reconhecer hoje os sítios por onde andou, visto que muitos ainda conservam a mesma toponímia e, também, confirmar que o caminho do ouro por Goiás cruzava o território do atual Distrito Federal antes mesmo de 1734 (**Figura 5**).

Daly a Pandeyviriha	4
Daly ao Rio da Costa	2
Daly ao e Morro Negro	3
Daly ao Sobradinho	3
Daly às Presbiteras	3
Daly ao e Itacavira	7
Daly ao Abeyras da breia	5
Daly ao Conumbágnas e Itapovoado	5

Figura 5 – Roteiro de viagem de José da Costa Diogo. Destaque em vermelho para sítios localizados nos limites do atual Distrito Federal. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 40.

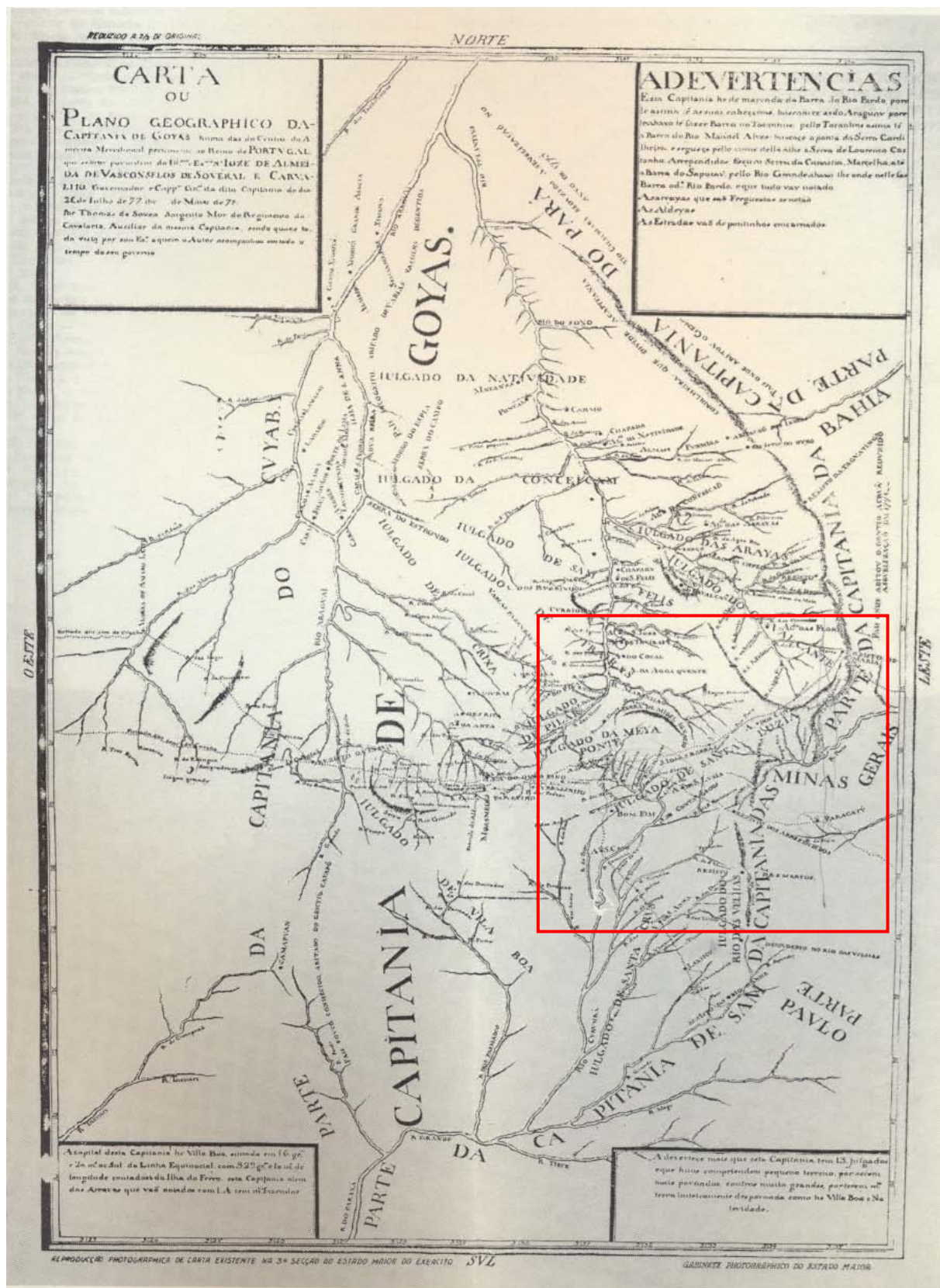
1. 3. 1778 – Carta ou Plano da Capitania de Goyas

A *Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilmo e Exmo Sr. Joze de Almeida de Vasconcelos de Soveral e Carvalho*¹² Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78, também conhecida por *Mapa dos Julgados*, foi elaborada por Tomas de Souza¹⁴ e registrou a Capitania de Goiás no auge de sua expansão no século XVIII (**Figura 6**). Foram consultadas quatro fontes (**Quadro 1, itens de 3 a 6**) e, apesar do mapa não ser assinado, há consenso em ser Thomas de Souza Villa Real, Sargento Mor do Regimento de Cavalaria, o seu autor e que tenha sido concluído em 1778, ano em que o Barão de Mossâmedes deixou o governo da Capitania de Goiás.

¹² ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 39-41.

¹³ José de Almeida de Vasconcellos Soveral e Carvalho foi governador das Minas dos Goyazes por seis anos, a partir de 1772, tendo sido nomeado pelo Marquês de Pombal, que o agraciou com o título de Barão de Mossâmedes.

¹⁴ O Sargento Mor do Regimento de Cavalaria Thomas de Souza Villa Real, escriba e geógrafo, foi o autor do Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, onde assinalou o itinerário percorrido nas expedições do Barão de Mossâmedes.



Goiás. Registrou a viagem que empreendeu pelos sertões no manuscrito *Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778*. Conforme ele mesmo contou em sua jornada, atravessou o território do atual Distrito Federal:

Da Bandeirinha a Contage de São João das Três Barras (10/10) – 11 léguas a saber ao Sítio Novo 2 – ao Pipiripao 1 ½ - ao M^e. d'Armas 2 ao pro(?) Corgo 1- ao Sobradinho 2 – e 2 ½ a São João das Três Barras, sítio tão frio que no mês de junho que é a maior forma de inverno chega a cair neve, tem muito boas frutas principalmente de coquinho(?), um nascimento de água excelente, as fazendas a maior parte delas são roças e engenhos de sertão. De São João das Três Barras à Vendinha 9 léguas (11/10) a saber ao Couro 2, ao Rudiador 4, e 3 a Vendinha, água de fonte excelente, o ar muito temperado, bons campos por tabuleiros cobertos, chapadas por entre fazendas e roças¹⁷.

O governador entrou no atual Distrito Federal pelo extremo nordeste e atravessou toda a porção norte do território. A toponímia dos sítios e acidentes naturais descritos ao longo de sua jornada nos permite desvendar o percurso percorrido pelo viajante. Começou pelo Sítio Novo, onde hoje existe um córrego com esse nome, atravessou o ribeirão Pipiripau – já com a mesma denominação atual – e chegou ao Mestre d'Armas. Continuou andando na direção oeste, registrou dali a uma légua (6km) um Corgo, talvez o atual córrego Corginho, e passou por Sobradinho – com esse nome pelo menos desde 1734¹⁸. A seguir por Três Barras – hoje em área pertencente ao Parque Nacional –, cruzou a Contagem (hoje temos a Chapada da Contagem, entre Sobradinho e Brazlândia) e alcançou a Vendinha, nas proximidades de Brazlândia, de onde virou para o sul. Descendo, passou pelo Rodeador, nome de ribeirão entre as cidades de Brazlândia e Taguatinga, rumo a Meia Ponte. Tudo leva a crer que o itinerário que entrava no DF por Couros tenha sido o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, cerca de quatro décadas antes.

1. 4. 1836 – Carta Corográfica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes

Na Carta Corográfica¹⁹ de Goiás, Cunha Matos²⁰ emendou em mais de três mil pontos diferentes os antigos mapas manuscritos da Província (**Figura 8**). O Governador das Armas de Goyaz não fez explorações por terras desertas, transitou apenas pelas estradas gerais de Goiás e demonstrou ter conhecimento dos escritos e descrições da região produzidos por outros viajantes, como o Barão de Eschwege; Saint-Hilaire; Pohl; Natherer; Spix e Martius.

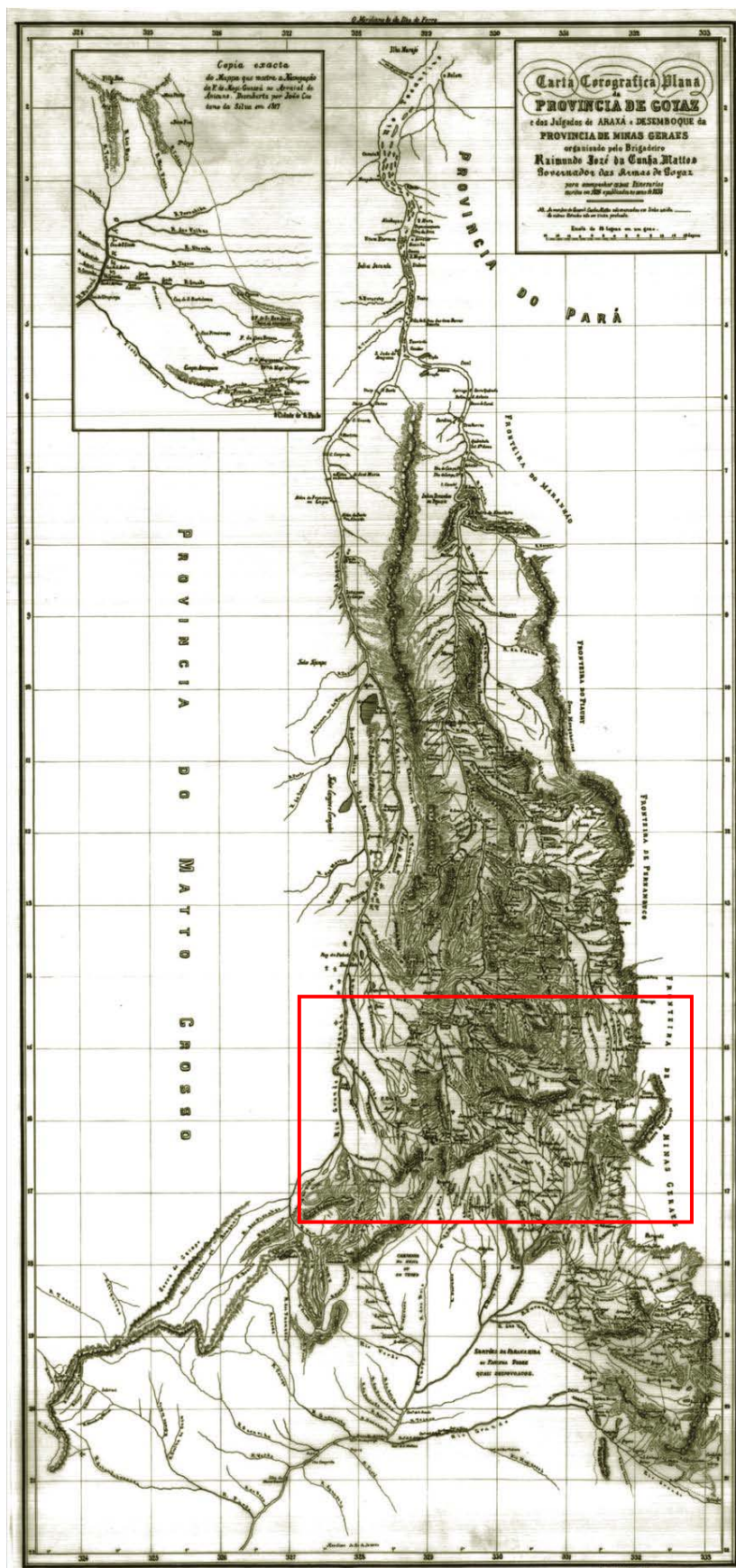
de Goiás, de 1778 a 1783, e documentou uma grande quantidade de informações geográficas e históricas sobre a Capitania.

¹⁷ BERTRAN (1996). *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. p. 70.

¹⁸ ROCHA JÚNIOR; VIEIRA JÚNIOR; CARDOSO (2006). *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. p. 39-41.

¹⁹ Segundo o Houaiss, corografia é a descrição ou representação de um país, região ou área geográfica particular, num mapa ou carta, que explicita visualmente, através de códigos, as suas características mais notáveis.

²⁰ O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos assumiu o cargo de Governador das Armas da Província de Goiás, tantos as militares quanto as civis, foi eleito deputado por Goiás nas duas primeiras legislaturas do Império e, entre suas obras publicadas, escreveu *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás e dos roteiros desta província às de Mato Grosso e S. Paulo* (1836).



Cunha Matos descreveu ainda o caminho que cortava a região do atual Distrito Federal²¹, sendo que a maioria dos nomes dos lugares e dos marcos naturais registrados, em 1824, em sua *Corographia*²² se mantém até os dias de hoje: Ponte Alta, Guariroba, Rodeador, rio Torto, rio Maranhão, rio São Bartolomeu, rio Corumbá, São João das Três Barras, Sobradinho, ribeirão Sobradinho, Mestre d'Armas, etc.; não deixando dúvidas que as estradas reais que cruzavam o Planalto Central atravessavam a região do atual DF²³. No percurso assinalado no mapa, os principais caminhos chegavam aos limites do atual território do DF em sua porção nordeste, vindos da Bahia ou de Couros, e se encontravam na Bandeirinha. A partir daí, encontravam-se, rumo ao oeste, Sítio Novo, Mestre d'Armas, Sobradinho, São João e Rodeador (**Figura 9**). Esses nomes foram recorrentes nos relatos de viajantes que o precederam: José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; e o Governador Cunha Menezes, em 1778.



Figura 9 – Detalhe da Carta Corografica Plana da Província de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz. Estrada Imperial em destaque vermelho.

O Dossiê de Goiás²⁴, no entanto, apresenta a “Carta Corografica Plana da Província de Goyaz” como tendo sido produzida em 1825. COSTA²⁵ (2007) cataloga a Carta como sendo de 1836 e traz a seguinte nota: “As marchas do General Cunha Mattos vão marcadas em linha unida. As outras Estradas vão em linha pontuada. Escala de 18 legoas em um grao. Lith. Archivo Militar 1875”. Segundo COSTA²⁶ (2007), os documentos cartográficos produzidos no início do período imperial para algumas províncias constituíam apenas cópias não atualizadas de documentos do período colonial. Cita como exemplo a Carta de Cunha Matos, onde o território do Sertão da Farinha Podre,

²¹ Cunha Matos partiu do Rio de Janeiro, em 8 de abril de 1823, e chegou a Vila Boa de Goiás, cruzando o território do atual Distrito Federal, em 16 de junho do mesmo ano. Entrou em terras goianas no dia 28 de maio, veio pelo “caminho do correio de Goiás”, que propiciava a mais direta comunicação entre os sertões do oeste de Minas e o norte de São Paulo com os antigos e os novos povoados agrícolas e pecuários, no sul e sudeste de Goiás.

²² MATOS (1979). *Chorographia Histórica da Província de Goyaz*.

²³ MATOS (2004). *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão ...* p. 311-312.

²⁴ IPHAN; FUNPEL (2000). *Dossiê de Goiás*.

²⁵ COSTA (org.) (2007). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. p.242.

²⁶ COSTA (org.). (2007). *Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império*. p.168.

oficialmente denominado como Julgado do Desemboque e atualmente conhecido como Triângulo Mineiro, ainda aparece fazendo parte de Goiás, apesar de ter sido produzido após a independência – 1826, e o território ter passado a pertencer à Província de Minas Geraes em 1816, por determinação de D. João VI.

1. 5. 1893 – Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado

De 1892 até 1896, Luiz Cruls²⁷ chefiou as primeiras expedições científicas no Planalto Central organizadas especificamente para estudar, identificar, demarcar e executar procedimentos ligados à transferência da Capital. Conhecida como Missão Cruls, a “Comissão Exploradora do Planalto Central do Brazil” era constituída por 22 membros entre cientistas e práticos – desses dezesseis oficiais do Exército ou funcionários do Ministério da Guerra –, saiu de trem do Rio de Janeiro, passou por São Paulo e Minas Gerais chegando até Uberaba, ponto final da linha férrea da Companhia Mogiana. A partir daí, seguiram, homens e equipamentos, em lombo de mulas e cavalos, numa marcha de quinze a vinte quilômetros por dia. A demarcação propriamente dita foi empreendida em sete meses de trabalho, de 1892 a princípios de 1893, período em que as quatro equipes percorreram mais de quatro mil quilômetros.

Os trabalhos abordaram a topografia, o clima, a hidrologia, a geologia, a fauna, a flora, a pedologia, os recursos minerais e os materiais de construção existentes na região e resultou na delimitação de 14.400 km² de terra na forma de um retângulo – conhecido como Quadrilátero Cruls, de 160 km por 90 km. Em 1894, os estudos foram compilados no “Relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil” e entregues ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas. Ainda em 1894, com o sucesso da Missão Cruls, foi criada a “Comissão de Estudos da Nova Capital da União” encarregada de prosseguir os trabalhos ligados à transferência da Capital, sob o comando do mesmo chefe, Luiz Cruls, e integrada por quase todos os antigos membros, tendo os estudos técnicos durado cerca de 18 meses. Em 1896, foi entregue ao Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas o Relatório parcial dessa segunda Comissão²⁸. Segundo Cruls, a região demarcada pela Comissão tinha sido, até então, pouco estudada, tanto pelos brasileiros como pelos exploradores estrangeiros:

*Sem receio de errar, podemos asseverar que bem pequeno é o número de brasileiros que a conhecem sob este ponto de vista e, quanto aos exploradores estrangeiros, bem poucos são aquêles que a tenham convenientemente explorado. Isto se explica facilmente, pois, procurando geralmente, e de preferência, os vales onde correm os grandes rios, seus itinerários deixaram, na maior parte, de cortar a região mais característica do planalto central do Brasil.*²⁹

A base cartográfica produzida pela equipe da Missão Cruls, bastante detalhada e precisa, serviu como referência para os estudos desenvolvidos por todas as comissões e grupos de trabalhos que a sucederam no levantamento de dados sobre o Planalto Central, até a mudança da Capital, cerca de setenta anos depois. Pela toponímia desses locais e dos marcos naturais levantados podemos

²⁷ Engenheiro militar e astrônomo belga naturalizado brasileiro, diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro. O Tenente-Coronel do Exército Luiz Cruls foi, também, catedrático da Escola Superior de Guerra, escola de formação de oficiais do Exército.

²⁸ CRULS (1957). *Planalto Central do Brasil*. p. 323.

²⁹ CRULS (1957). *Planalto Central do Brasil*. p. 106.

reconhecer diversos lugares ainda hoje existentes: Formosa, Mestre d'Armas, rio Saia Velha, rio torto, rio Sobradinho, Lagoa Feia, rio Maranhão, Três Barras, Sobradinho, Rajadinha, Papuda, Samambaia, Ponte Alta, etc.

Em 1893, foi confeccionado *Mappa do Brazil*, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão (**Figura 10**), com a posição do Quadrilátero Cruls, assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. Do mesmo modo como foram marcados no Mapa dos Julgados, cento e dezesseis anos antes, esses caminhamentos reproduzem três caminhos distintos que se entroncavam em Meia Ponte e, unificados, continuavam até Vila Boa de Goiás, de lá seguindo rumo a Cuiabá. A primeira estrada, mais ao sul, vinha de São Paulo, passava por Santa Cruz, Bonfim e chegava a Meia Ponte. A segunda, a sudeste, partia do Rio de Janeiro, passava por Paracatu, Arrepêditos, Santa Luzia, Ponte Alta – no ângulo sudoeste do DF, Santo Antonio dos Montes Claros (atual Santo Antonio do Descoberto), Macacos, Corumbá e, depois, Meia Ponte. A terceira estrada vinha da Bahia e entrava no DF pelo extremo nordeste – Couros; cortava a região da Vila do Mestre d'Armas; seguia por Sobradinho; passava por São João das Três Barras; pela Chapada da Contagem; até sair, a oeste, ao encontro de Meia Ponte (**Figura 11**). Mais uma vez, este último itinerário reproduzia o percurso do Barão de Mossâmedes, 1773, de Cunha Menezes, 1778 e de Cunha Matos, 1823, pelo Planalto Central, nos limites do atual DF.



Figura 10 – Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. Área de estudo destacada em vermelho.

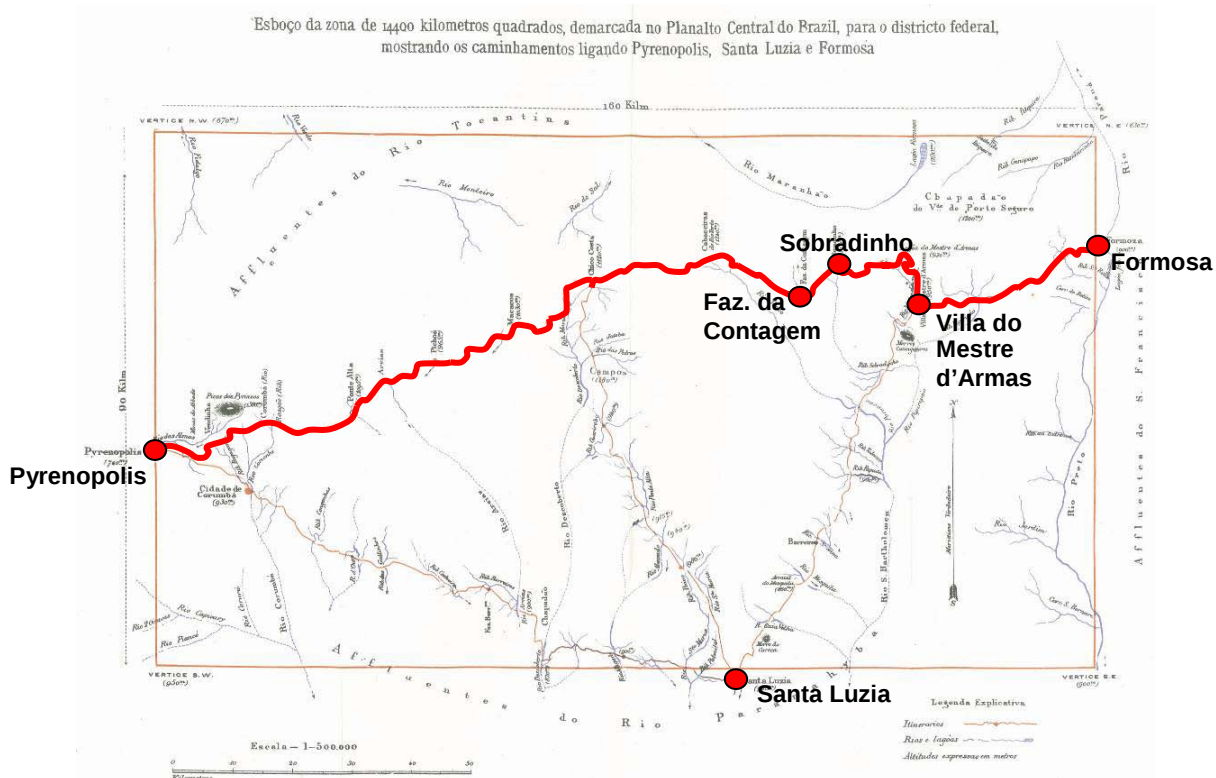


Figura 12 – Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, para o distrito federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenópolis, Santa Luzia e Formosa. Estrada em destaque vermelho.

O mapa também registrou o Chapadão do Visconde do Porto Seguro³¹ e indicou a presença de poucos assentamentos humanos e fazendas na região. No percurso da estrada real foram citados a Villa do Mestre d'Armas, Sobradinho, Fazenda da Contagem, e pouso do Chico Costa. Ao longo da picada que descia a sudoeste, além da Villa do Mestre d'Armas, só foram nomeados o pouso Barreiros, nas margens do ribeirão S. Anna e o Arraial do Mesquita. Na outra picada, constou apenas o pouso do Chico Costa. Isso não significa a inexistência de outras fazendas dentro da área pesquisada, considerando que outro mapa produzido pela Missão Cruls, em 1895, de autoria de Henrique Morize, nomeou quantidade considerável de fazendas (**Quadro 1, item 12**).

A toponímia dos sítios e acidentes naturais assinalados, bem como o mapa confeccionado, confirmam, novamente, que muitos viajantes que se aventuraram pelo Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX, percorreram a Estrada Real que cortava ao norte todo o território do atual DF. Assim foi com José da Costa Diogo, em 1734; o Barão de Mossâmedes, em 1773; o Governador Cunha Menezes, em 1778; e o Brigadeiro Cunha Matos, em 1823.

³¹ Assim denominado pela Comissão Cruls em homenagem ao historiador Varnhagen, hoje Chapadão do Pipiripau.

1. 7. 1895 – Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada

Em 1895, foi produzido mapa dos itinerários levantados, com a zona demarcada e da constituição geológica da região explorada (**Figura 13**). Em escala de 1:1.000.000, colorido, indicou no Planalto Central o Quadrilátero Cruls e, conforme legenda, a capital do estado de Goiás; cidades; vilas e povoados; jazidas de ouro, diamante e ferro; a rede hidrográfica e os itinerários que cortavam a região. Os itinerários tinham como seus pontos extremos as cidades de Uberaba e Goiás e a Chapada dos Veadeiros.

Com base na cartografia produzida, é possível reconhecer os três percursos principais dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, nos limites do DF. Dois desses percursos cruzavam o território do DF e se encontravam em Santa Luzia, hoje Luziânia. Um itinerário partia da Vila do Mestre d'Armas e descia à sudoeste e o outro, saindo do pouso Chico Costa descia rumo ao sul. O principal percurso era a Estrada Real propriamente dita que cortava a região em sua porção norte: vinha de Formosa, a leste do DF, seguia até a Vila do Mestre d'Armas, em Planaltina, passava por Sobradinho, Chapada da Contagem até sair a oeste, pelo pouso do Chico Costa (**Figura 14**). Esse trajeto foi o mesmo percorrido por José da Costa Diogo, em 1734; foi explorado pelo Barão de Mossâmedes, em 1773, e depois assinalado por Tomas de Souza, no Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás, em 1778; foi o caminho trilhado pelo Governador Cunha Menezes em sua jornada no Planalto Central, em 1778; e, também, foi por onde andou o Brigadeiro Cunha Matos, em 1823, que registrou seus itinerários em sua “Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz”, publicada em 1836.

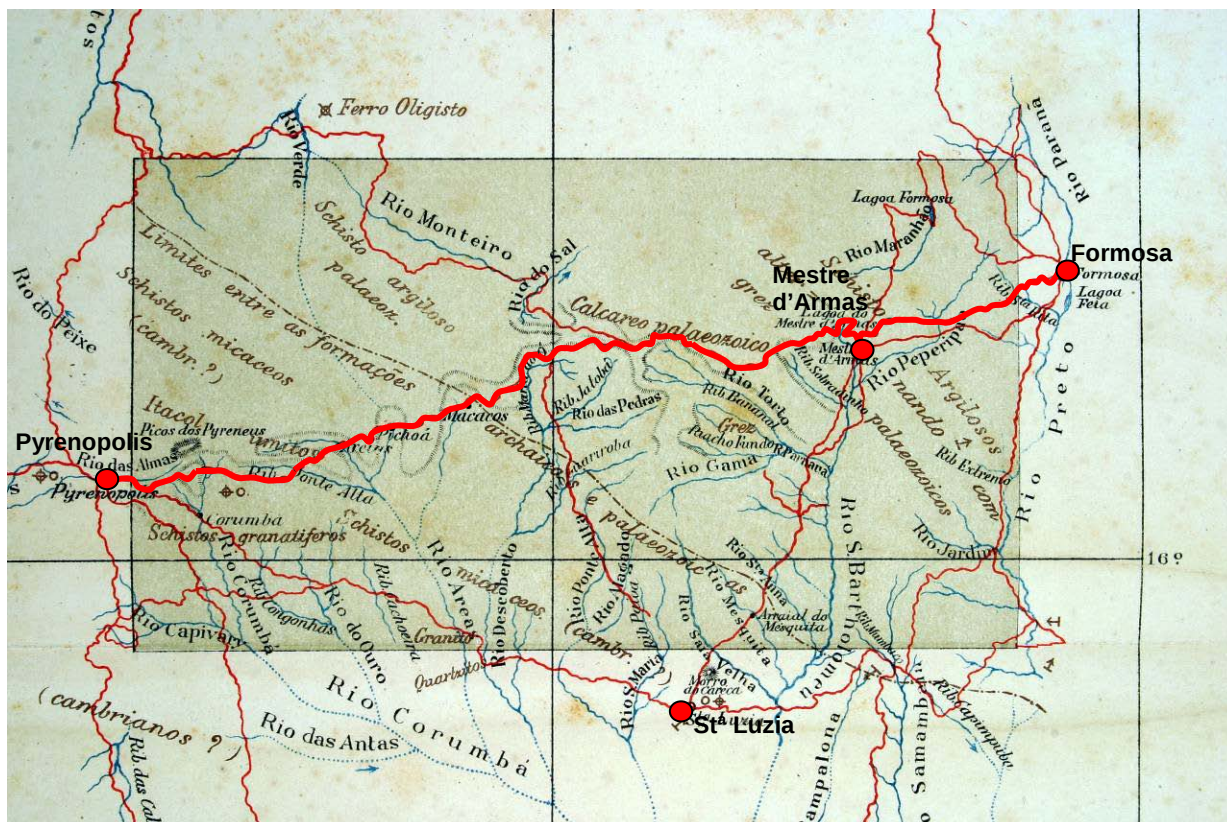


Figura 14 – Detalhe do Mapa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. Estrada em destaque vermelho.

1. 8. 1896 – Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895

Henrique Morize³² chefiou uma turma da Missão Cruls e em seu Relatório citou os pousos e fazendas por onde a equipe passou ao realizar o levantamento dos caminhamentos³³. Ao descrever com maiores detalhes uma das fazendas da região, veio reforçar o depoimento de outros membros da Comissão e de diversos historiadores quanto à pecuária ser uma das principais atividades locais, o que resultava em intensa troca comercial com outras regiões. É possível, a partir dessas informações, supor que o Planalto Central era recortado por uma quantidade razoável de fazendas e que existiam estradas cortando o território, com um importante papel nas transações comerciais à época³⁴.

Morize confeccionou a *Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895*, compilando informações de todos os membros da Comissão acerca do Quadrilátero Cruls (Figura 15). Esse mapa mostrando o adiantamento dos trabalhos topográficos realizados, além de detalhar toda a rede hidrográfica, nomeou quarenta e nove fazendas, pousos ou arraiais, confirmando, mais uma vez, que a região era toda demarcada por

³² Em 1892, o astrônomo francês naturalizado brasileiro Henrique Carlos Morize acompanhou Luiz Cruls na "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil". Além de cientista, responsável pela demarcação de um dos vértices do Quadrilátero Cruls, Morize produziu um importante acervo iconográfico na Missão Cruls, como autor das diversas fotografias que registraram a os trabalhos da Expedição e, ainda, foi o responsável pelo desenho dos principais mapas elaborados pela Comissão, divulgados em todo o país. Morize assumiu a direção do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro com o falecimento de Luiz Cruls. MOURÃO (2003). *Luiz Cruls: o homem que marcou o lugar*. p. 42-43.

³³ CRULS (1957). *Planalto Central do Brasil*. p. 118-128.

fazendas. No perímetro do atual DF, foram expressamente citados quinze sítios: Fazenda Desterro, Chico Costa, Fazenda Glória, Fazenda Boa Vista, Fazenda Ten. Camello, Fazenda da Papuda, Benedito Cabeça, Fazenda Sobradinho, Fazenda Rajadinha, Fazenda da Vargem, Fazenda Jardim, Arraial Burity Vermelho, Fazenda Lagoinha, Fazenda Fartura e Villa do Mestre d'Armas. O fato dos nomes de vários sítios e acidentes naturais citados terem se repetido ao longo dos relatos de diversos cronistas, que exploraram o Planalto Central em épocas diferentes, dá, mais uma vez, veracidade ao itinerário registrado pelos viajantes.

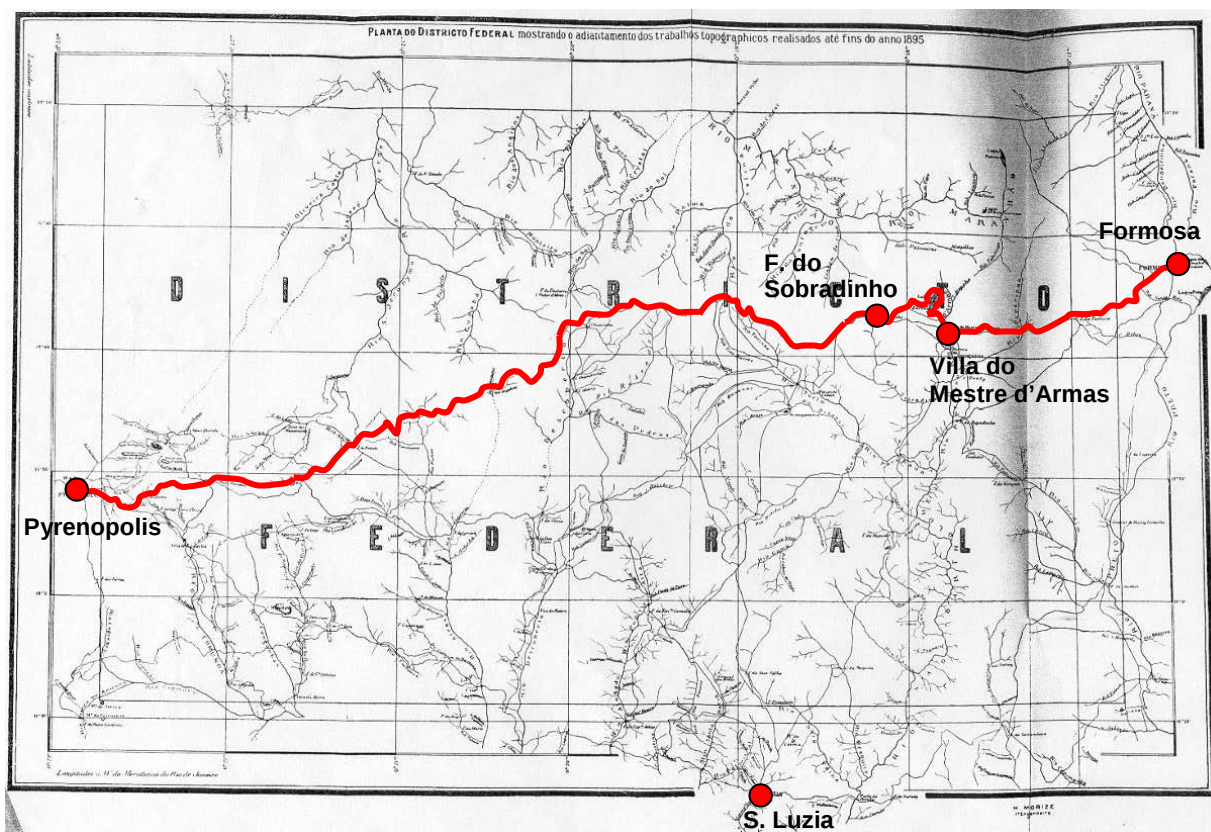


Figura 15 – Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895. Estrada em destaque vermelho.

1.9. 1958 – Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral

Em outubro de 1955, o Governador de Goiás instituiu a *Comissão de Cooperação para a Mudança da Nova Capital*, que tinha como objetivo realizar o processo de desapropriação das terras do Estado de Goiás³⁵. Altamiro de Moura Pacheco³⁶ foi o escolhido para representar o Estado de Goiás nos atos de aquisição dos imóveis rurais situados dentro da área demarcada para o futuro Distrito Federal, para posterior transferência ao domínio da União.

As terras que constituem o território do Distrito Federal foram desagregadas dos municípios de Luziânia, Formosa e Planaltina. Relatório produzido por Pacheco, presidente da Comissão,

³⁴ CRULS (1957). *Planalto Central do Brasil*. p. 122-123.

³⁵ Decreto nº 480, de 30 de abril de 1955, *Declara de necessidade e utilidade pública e de conveniência ao interesse social a área destinada à localização da Nova Capital Federal*.

³⁶ Médico e grande proprietário de terras, segundo BUENO apud FARIAS (2006). *Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958*. p.154.

relacionou os imóveis abrangidos por Município, no todo ou em parte, pelo Distrito Federal. O levantamento foi consolidado no mapa *Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral* (**Figura 16**) obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro do Distrito Federal sobre folha cartográfica, elaborada pelos Eng^o Joffre Mozart Parada e Eng^o Janusz Gerulewicz, na escala de 1:100.000.

Os imóveis originários do Município de Luziânia eram em número de 45; os imóveis do Município de Planaltina em número de 38; e os imóveis do Município de Formosa em número de 25. Além de demarcar todos os imóveis, nos limites do atual DF, o mapa assinalou as casas de fazenda em cada um deles, assim como reproduziu toda a rede hídrica do território. As duas únicas cidades existentes à época estão registradas no mapa: Braslândia (sic) e Planaltina. Pela primeira vez, o projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto tem seu esboço lançado em mapa sobre as terras da fazenda Bananal, acrescido das penínsulas norte – implantada na fazenda Torto – e sul – implantada nas fazendas Gama, Papuda e Rasgado. A Lagoa Jaburu – hoje parte da residência do Vice-Presidente da República – também é assinalada em terras da fazenda Bananal. Vê-se, ainda, a primeira pista de pouso do DF, localizada na fazenda Tamanduá, na confluência do córrego Tamanduá com o córrego Estiva ou Vargem da Benção.

Neste levantamento, imediatamente antes da transferência da Capital, as estradas coloniais, registradas nos mapas dos séculos XVIII e XIX, em especial pela Missão Cruls, ainda estão, da mesma forma, cruzando o território do atual Distrito Federal.

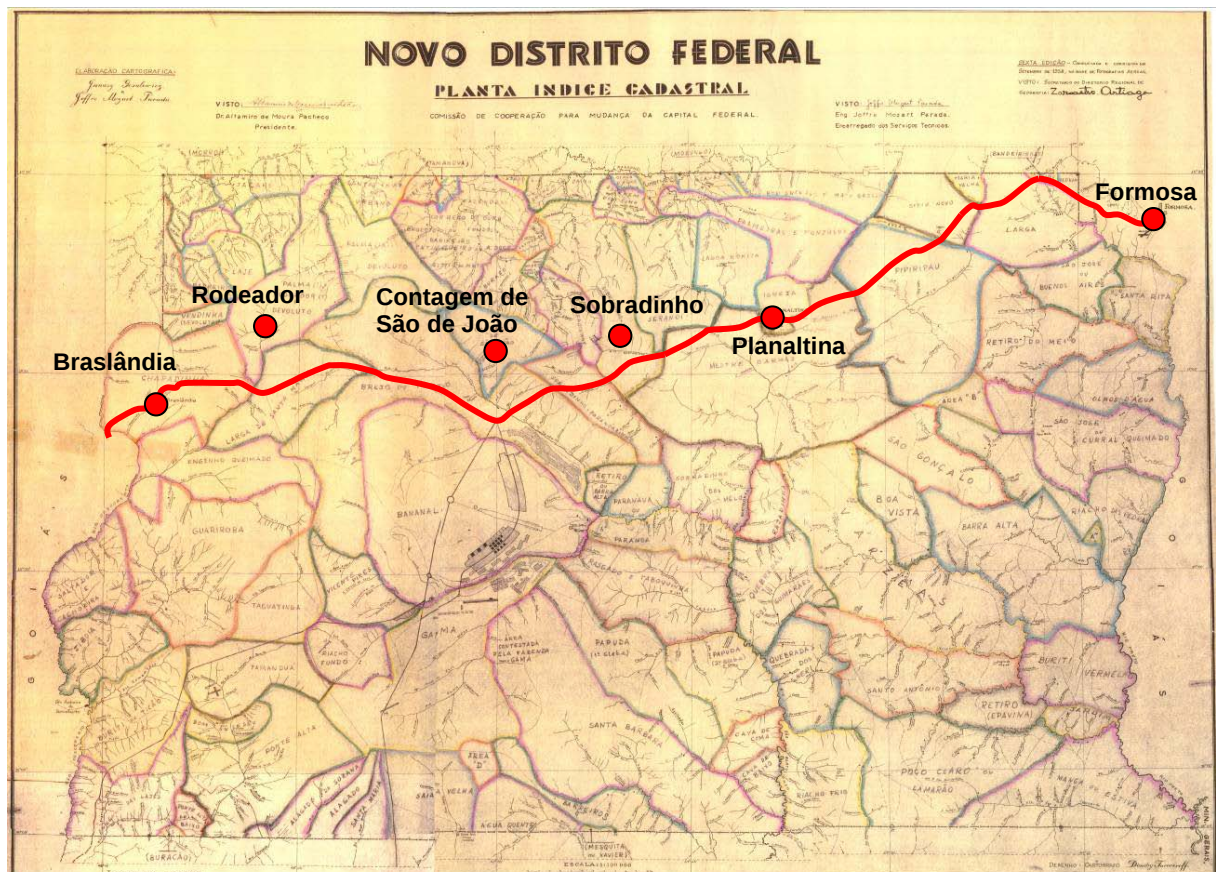


Figura 16 – Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral. Estrada em destaque vermelho.

1. 10. 1960 – Novo Distrito Federal

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no *Atlas do Brasil: geral e regional*, de 1960, traz o mapa do *Novo Distrito Federal*, na escala de 1:125.000 (**Figura 17**). Tendo como responsável o engº-cartógrafo Clovis de Magalhães, este mapa lançou no território praticamente os mesmos imóveis fundiários do mapa *Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral*, de 1958 (**Figura 16**).

O mapa assinalou, além dos imóveis fundiários, as casas de fazenda em cada um deles; as cidades; as estradas de ferro e a estação rodoferroviária; as rodovias pavimentadas; as estradas de rodagem; os caminhos; o limite interestadual; os marcos; as curvas de nível e a rede hídrica do território, onde se sobressai, pela primeira vez, o Lago Paranoá, emoldurando o Plano Piloto.

Estão assinaladas as cidades de Braslândia (sic) e Planaltina, a Vila de Taguatinga, na fazenda Taguatinga e o Núcleo Bandeirante, na fazenda Vicente Pires. Na fazenda Bananal, está desenhado o Plano Piloto e, ainda, o cruzeiro da primeira missa de Brasília, o Palácio da Alvorada – no mesmo local onde se encontrava a casa-sede desta fazenda –, o Hotel de Turismo – hoje Brasília Palace Hotel –, e a Novacap. A Usina Hidrelétrica do Paranoá e a Ermida Dom Bosco estão lançadas na fazenda Paranoá e a Pedra Fundamental na fazenda Sálvia. A fazenda Gama traz marcado o local da Residência Presidencial provisória – Catetinho; o aeroporto comercial – onde hoje o conhecemos; as Mansões Suburbanas – atual Park Way; e parte da península sul, que se estende também pelas fazendas Papuda e Rasgado. A península norte se insere na fazenda Torto.

É o início da Nova Capital e o território encontra-se todo recortado por caminhos, assinalados no mapa do IBGE. Além das estradas coloniais, já registradas nos mapas dos séculos XVIII e XIX, estão pontilhados os caminhos que fazem a comunicação das fazendas da região entre si.

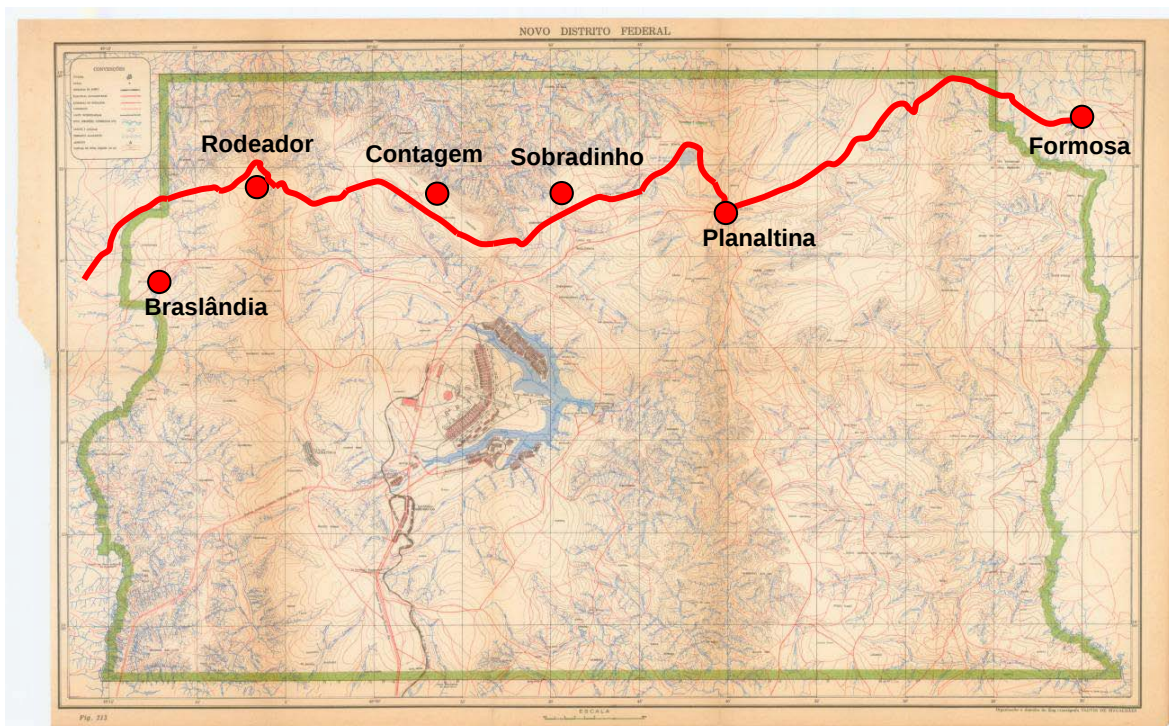


Figura 17 – Novo Distrito Federal. Estrada em destaque vermelho.

2. MATERIAL E MÉTODOS

2.1. Material

Para mapear o percurso das antigas estradas que passavam pelo Planalto Central e transportá-los para a base cartográfica atual do DF, utilizamos as imagens do Programa CBERS– *China Brazil Earth Resource Satellite*, com o sensor de coleta de dados *Charge-Couple Device* –CCD e os dados de topografia digital do *Shuttle Radar Topography Mission* – SRTM, com a tecnologia do Sistema de Informação Geográfica – SIG.

2.1.1. CBERS

O Programa CBERS – *China Brazil Earth Resource Satellite* – nasceu de uma parceria inédita entre Brasil e China no setor técnico-científico espacial, em julho de 1988. O Programa contemplou num primeiro momento apenas dois satélites de sensoriamento remoto, CBERS-1 e CBERS-2. O sucesso tanto no lançamento pelo foguete chinês quanto no funcionamento dos dois satélites fez com que o Programa fosse expandido e, numa segunda etapa da parceria sino-brasileira, foram incluídos outros dois satélites da mesma categoria, o satélite CBERS-2B e os CBERS-3 e 4.

A família de satélites de sensoriamento remoto CBERS trouxe significativos avanços científicos ao Brasil. O que pode ser atestado pelos mais de 15.000 usuários de mais e 1.500 instituições cadastradas como usuários ativos do CBERS, e também nas mais de 300.000 imagens do CBERS distribuídas à razão aproximada de 250 por dia. Suas imagens são usadas em importantes campos, como o controle do desmatamento e de queimadas, o monitoramento dos recursos hídricos, áreas agrícolas, crescimento urbano, ocupação do solo, etc. O Brasil ingressou no seleto grupo de países detentores da tecnologia de sensoriamento remoto e obteve uma poderosa ferramenta para monitorar seu território com satélites próprios de sensoriamento remoto, buscando consolidar sua autonomia neste segmento.

Os satélites CBERS situam-se a uma altitude de 778 km da Terra, em órbita circular, síncrona com o Sol, com um ângulo de inclinação de 98,504° em relação ao plano equatorial. Os CBERS são projetados para cobertura global e contêm câmaras para observação óptica e um sistema de coleta de dados ambientais. Este satélite possui três tipos de sistemas de sensores de coleta de dados de sensoriamento remoto para recursos naturais: o CCD, o IR-MSS e o WFI.

Os traçados das estradas registradas nos mapas históricos serão sobrepostos a uma imagem desse satélite, do ano de 2008, tendo como objetivo a reconstituição dos itinerários, em bases cartográficas atuais.

2.1.1.1. CCD

O sensor CCD – *Charge-Couple Device* – é uma câmara de alta resolução que fornece imagens de uma faixa de 113 km de largura no terreno, com uma resolução espacial de 19,5 m x 19,5 m. Este sistema de sensor tem capacidade de orientar seu campo de visada dentro de + ou – 32°. Operando

normalmente, o sistema CCD gasta 26 dias para uma cobertura completa do globo terrestre.

Destacam-se como aplicações potenciais da CCD³⁷:

Vegetação: identificação de áreas de florestas, alterações florestais em parques reservas, florestas nativas ou implantadas, quantificações de áreas, sinais de queimadas recentes;

Agricultura: identificação de campos agrícolas, quantificação de áreas, monitoramento do desenvolvimento e da expansão agrícola, quantificação de pivôs centrais, auxílio em previsão de safras, fiscalizações diversas:

Meio Ambiente: identificação de anomalias antrópicas ao longo de cursos d'água, reservatórios, florestas, cercanias urbanas, estradas, análise de eventos episódicos naturais compatíveis com a resolução da Câmara, mapeamento de uso do solo, expansões urbanas;

Água: identificação dos limites continente-água, estudos e gerenciamento costeiros, monitoramento de reservatórios;

Geologia e solos: apoio a levantamentos de solos e geológicos;

Educação: geração de material de apoio a atividades educacionais em geografia, meio ambiente e outras disciplinas;

Cartografia: dada a sua característica de permitir visadas laterais de até 32° a leste e a oeste, em pequenos passos, possibilita a obtenção de pares estereoscópicos e a conseqüente análise cartográfica. Essa característica também permite a obtenção de imagens de uma certa área no terreno em intervalos mais curtos, o que é útil para efeitos de monitoramento de fenômenos dinâmicos.

2.1.2. SRTM

O SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission* é um projeto norte-americano, desenvolvido em conjunto pela National Geospatial Intelligence Agency – NGA e a National Aeronautics and Space Administration – NASA. O objetivo desse projeto é produzir dados de topografia digital para 80% da área terrestre da Terra. Com os pontos de dados marcados de 30 metros por 30 metros, para o território dos EUA, e de 90 metros por 90 metros para o resto do mundo, permite o cálculo da elevação da superfície, com uma acurácia vertical absoluta de 16 metros, com confiabilidade de 90%. Os dados obtidos pelo mapeamento foram disponibilizados pelo *USGS Eros Data Center – United States Geological Survey*. Esse sistema de radar reúne dados que resultam no mais completo e preciso mapa topográfico que já foi montado da superfície da terra. Este gigantesco arquivo de base, com dados numéricos de relevo e topografia, quando tratado matematicamente através de modelos permite reconstruir o relevo de um país, como nas cartas topográficas, só que de forma digital e homogênea³⁸.

Para gerar o modelo tridimensional do terreno do Distrito Federal será usada imagem do SRTM, e a ele serão sobrepostas as estradas históricas, a fim de se verificar se a topografia exerceu alguma influência no desenho desses caminhos.

³⁷ INPE (2009). Disponível em <http://cbers.inpe.br/?content=recepcao/>. Acesso em 16/08/2009.

³⁸ SRTM (2009). Disponível em <http://srtm.usgs.gov>. Acesso em 16/08/2009.

2.1.3. SIG

SIG – Sistema de Informação Geográfica é um sistema para a administração, a análise e a exposição do conhecimento geográfico, o qual é representado usando uma série de conjuntos de informações.

O SIG abstrai conhecimento geográfico em cinco elementos básicos:³⁹

- conjuntos e modelos de dados geográficos;
- mapas e globos;
- geoprocessamento de modelos e programações;
- métodos de análise e fluxos de trabalho;
- metadados.

Esses cinco conjuntos de informação são os elementos primários da informação geográfica.

A computação digital permite a captura e compartilhamento de conhecimento através de redes, tais como a *internet*. Simultaneamente, a tecnologia do SIG está evoluindo e provendo uma metodologia crítica para entender, representar, administrar e comunicar os muitos aspectos das paisagens físicas e humanas, além de melhor entender a terra como um sistema.

Esse é o sistema que será utilizado para sobrepor as estradas, a imagem de satélite e o modelo tridimensional.

2.1.3.1 ArcGIS

ArcGIS 9.2 é um dos produtos mais importantes da empresa ESRI, inclui tanto aplicação cliente como servidor de dados. O ArcGIS não é apenas uma aplicação SIG, mas um conjunto de *softwares* para elaboração e construção de modelos e sistemas em SIG⁴⁰. Licença do Laboratório da FAU/UnB.

2.1.3.2. ArcScene

O ArcScene é uma aplicação para visualização de imagens em três dimensões, que vem com o *software* de geoprocessamento ArcGIS, da empresa ESRI. Além da visualização é possível a navegação e geração de animação nos formatos .avi, .mpeg e QuickTime. Com as imagens SRTM é possível a identificação da altitude do país inteiro, mas não a cobertura de cada posição geográfica. Com o ArcScene é possível fazer a cobertura do relevo gerado pelo SRTM com as imagens CBERS. Uma das principais utilidades desse *software* é o de gerar vãos em 3D, que ampliam a capacidade de visualização e representação dos dados georeferenciados. Para geração de vãos em 3D é necessários tirar fotos. Tirando duas ou mais fotos o ArcScene interpolará todas as outras imagens que comporão a animação. As animações tridimensionais SIG tornam as apresentações mais atrativas e completas, ajudando a visualizar dados de uma nova maneira⁴¹.

³⁹ ESRI (2009). Disponível em http://www.esri.com/about_esri.html. Acesso em 16/08/2009.

⁴⁰ RIBEIRO (2008). *Índice composto de qualidade de vida urbana: aspectos de configuração espacial, socioeconômicos e ambientais urbanos*. p. 115.

⁴¹ ESRI (2009). Disponível em http://www.esri.com/about_esri.html. Acesso em 16/08/2009.

2.2. Métodos

2.2.1. Levantamento de documentos cartográficos

Com o objetivo de redescobrir e mapear o traçado original das antigas Estradas Coloniais que cruzavam o Planalto Central, nos atuais limites do Distrito Federal, e na ausência de outra documentação e estudos especializados sobre o tema, recorreremos à cartografia histórica, por meio de mapas do período entre 1751 e 1896, complementando as informações históricas com os relatos de cronistas e viajantes, dos sécs. XVIII e XIX, que exploraram a região e documentaram suas impressões por meio de diários, relatórios, literatura e iconografia.

Inicialmente, foi realizada revisão de literatura, pesquisa histórica, estudo específico na literatura de viagens, investigação documental e estudo de cartografia. Os documentos cartográficos estudados foram selecionados em acervos particulares, de instituições culturais, de universidades, de museus e da Biblioteca Nacional.

Posteriormente, os mapas, dos sécs. XVIII e XIX, que guardavam informações históricas e geográficas sobre essa região foram digitalizados para levantamento pormenorizado do percurso das estradas registradas cartograficamente.

A seguir, esses mapas foram confrontados e sobrepostos a dois mapas produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, 1958 e 1960, por sua verossimilhança, já que os mapas do séc. XX, também, traziam registros de estradas que, até aquele momento, ainda cruzavam o território escolhido para sediar a Nova Capital.

2.2.2. O georeferenciamento da cartografia histórica

Geoprocessamento é o uso automatizado de informação que de alguma forma está vinculada a um determinado lugar no espaço, seja por meio de um simples endereço ou por coordenadas. As ferramentas computacionais para geoprocessamento, chamadas de Sistema de Informações Geográficas (SIG)⁴², constituem dispositivos automatizados para aquisição, gerenciamento, análise, síntese e apresentação dos dados georeferenciados que interessam ao espaço objeto de estudo geográfico, monitorados no tempo, além de propiciar simulações de eventos. Ao integrar dados de diversas fontes e ao criar banco de dados georeferenciados permitem realizar análises complexas, possibilitando a visualização georeferenciada da informação histórica, além da associação desta informação com a informação geográfica⁴³.

A cartografia, graças a participação de satélites e computadores, vem se tornando cada vez mais um consistente Sistema de Informação Geográfica, com vistas à coleta, ao armazenamento, à recuperação, à análise, à síntese e à apresentação de informação sobre lugares, monitoradas no tempo⁴⁴.

O geoprocessamento pode ser utilizado como um instrumento de construção de mapas georeferenciados, de associação entre base cartográfica e banco de dados alfanumérico; também na

⁴² SIG vem de GIS sigla do inglês *Geographic Information System*.

⁴³ MARTINELLI (2008). *Mapas de geografia e cartografia temática*. p. 28-29.

realização de consultas temáticas específicas e, sobretudo, na promoção da análise simultânea de um número grande de eventos, tanto físicos, quanto sociais, econômicos ou políticos.

Para a realização deste trabalho, o método escolhido consistiu na aplicação das ferramentas do geoprocessamento na reabilitação das Estradas Coloniais do Planalto Central, nos limites do atual Distrito Federal, por meio da análise da cartografia histórica e a partir do relato de cronistas e viajantes dos séculos XVIII e XIX, resultando na reconstituição do passado com a ajuda de tecnologias usualmente voltadas para o futuro.

Reconstituir da forma mais circunstanciada possível o traçado histórico dessas estradas é um desafio que pode se beneficiar com a utilização dos recursos de geoprocessamento e sensoriamento remoto, em especial para adequar os mapas antigos – com suas imperfeições, erros técnicos e erros geopolíticos – aos mapas atuais. O cruzamento das imagens de satélite com mapas coloniais e descrições das estradas feitas pelos cronistas pode dirimir dúvidas relativas a trechos do traçado e ajudar no mapeamento preciso das rotas, além de ampliar o entendimento de como se deu a ocupação do território do atual Distrito Federal nesse período.

2.2.3. Digitalização em tela das Estradas Coloniais

Habitualmente, para a digitalização em tela executa-se a chamada Vetorização *heads-up* ou vetorização manual. Este processo envolve a escanerização do documento original e o uso desta imagem como pano de fundo em programas de tratamento de feições vetoriais, como, por exemplo, o AutoCAD⁴⁵. Dessa forma, obtêm-se vetores por meio da digitalização sobre a imagem apresentada na tela do computador.

Na reconstituição das Estradas Coloniais nos atuais limites do Distrito Federal, inicialmente, os mapas históricos foram digitalizados e salvos em formato JPEG. Em seguida, foram georeferenciados em base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

2.2.4. Modelagem 3D

A modelagem numérica do terreno permite o cálculo de declividade, volume, cortes transversais, linha de visada, etc. O uso desta função é fundamental em aplicações de engenharia, especialmente na determinação de mapas de contorno, mapas de declividade e de aspecto, mapas em visualização 3D, cálculo de volumes e análises de perfis. No processo de modelagem numérica de terreno podemos distinguir três fases: aquisição dos dados, geração de grades e elaboração de produtos representando as informações obtidas.

Um Modelo Numérico de Terreno (MNT) é uma forma de espacialização de dados alfanuméricos, ou seja, representação matemática computacional da distribuição de fenômeno espacial vinculada a uma superfície real. Entre os exemplos típicos de fenômenos que podem ser representados por um MNT temos os dados de relevo, informações geológicas, levantamentos de profundidade do mar ou de um

⁴⁴ MARTINELLI (2008). Mapas de geografia e cartografia temática. p. 24.

⁴⁵ Auto CAD é um *software* do tipo CAD — *Computer Aided Design* ou projeto com ajuda de computador, criado e comercializado pela Autodesk, Inc. desde 1982.

rio, informações meteorológicas e dados geofísicos e geoquímicos⁴⁶. Quanto aos usos do MNT, podem ser citados:

- armazenamento de dados de altimetria para gerar mapas topográficos;
- análises de corte-aterro para projeto de estradas e barragens;
- elaboração de mapas de declividade e exposição para apoio a análise de geomorfologia e erodibilidade;
- análise de variáveis geofísicas e geoquímicas;
- apresentação tridimensional (em combinação com outras variáveis).

Para a representação de uma superfície real no computador é indispensável a elaboração e criação de um modelo digital, podendo ser por equações analíticas ou por uma rede de pontos na forma de uma grade de pontos regulares e ou irregulares, para transmitir ao usuário as características espaciais do terreno. A elaboração e implantação de projetos passa a ter um novo enfoque em suas resoluções quando é criado um MNT. A partir dos modelos é possível calcular diretamente volumes e áreas; desenhar perfis e seções transversais; gerar imagens sombreadas ou em níveis de cinza; gerar mapas de declividade e exposição; gerar fatiamentos em intervalos desejados e gerar perspectivas tridimensionais⁴⁷.

⁴⁶ CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO (orgs.) (2009). *Introdução à Ciência da Geoinformação*. Capítulo 7.

⁴⁷ CÂMARA; DAVIS; MONTEIRO (orgs.) (2009). *Introdução à Ciência da Geoinformação*. Capítulo 7.

3. A RECONSTITUIÇÃO DOS CAMINHOS DE OCUPAÇÃO NOS LIMITES DO ATUAL DISTRITO FEDERAL

O geoprocessamento permite a comparação entre mapas históricos e mapas modernos pela sobreposição das imagens, mas, considerando a dificuldade de alinhar perfeitamente os dois, o que pode gerar erros residuais, optamos por ilustrar o trabalho tanto com a imagem do mapa original escaneado (**figuras 6, 8, 10, 12, 13, 15, 16 e 17**), quanto com a imagem modificada, ou seja, georeferenciada com os sistemas de coordenadas modernos (**figuras de 18 a 25**). Dos dez mapas estudados, apenas os dois primeiros não foram georeferenciados, considerando-se que as estradas coloniais registradas não cruzam o território do Planalto Central, nos atuais limites do Distrito Federal.

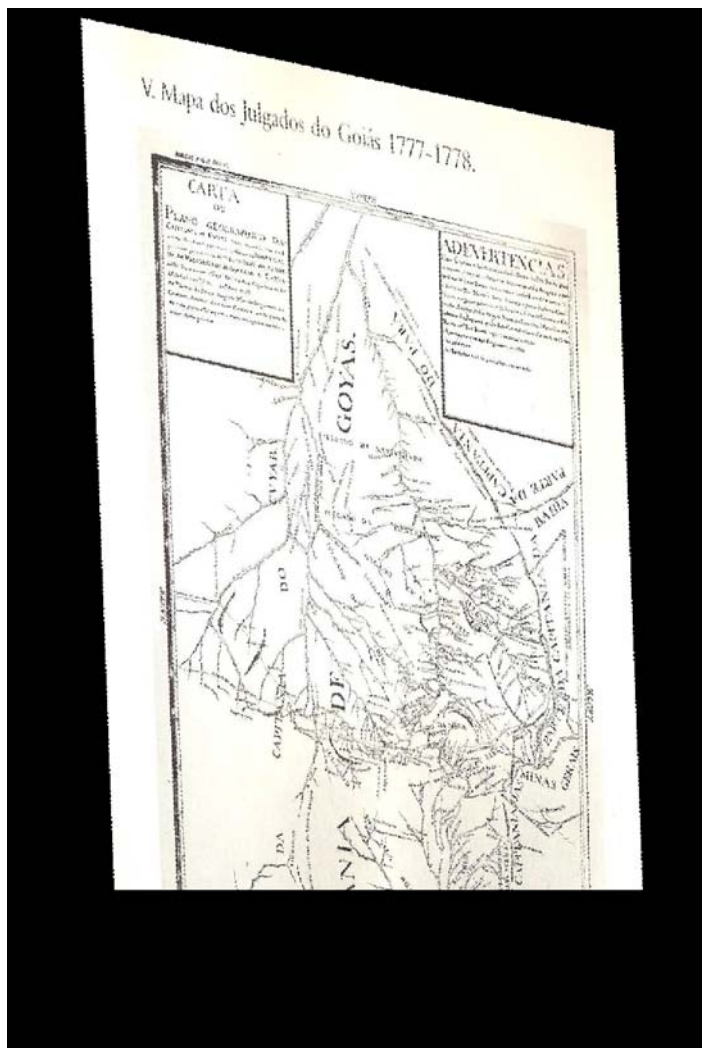


Figura 18 – Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal, que se tirou por ordem do Ilmº e Exmº Sr. Joze de Almeida de Vasconselos de Soveral e Carvalho Governador e Capp. Gn. da dita Capitania do dia 26 de julho de 72 athe maio de 78. 1778. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

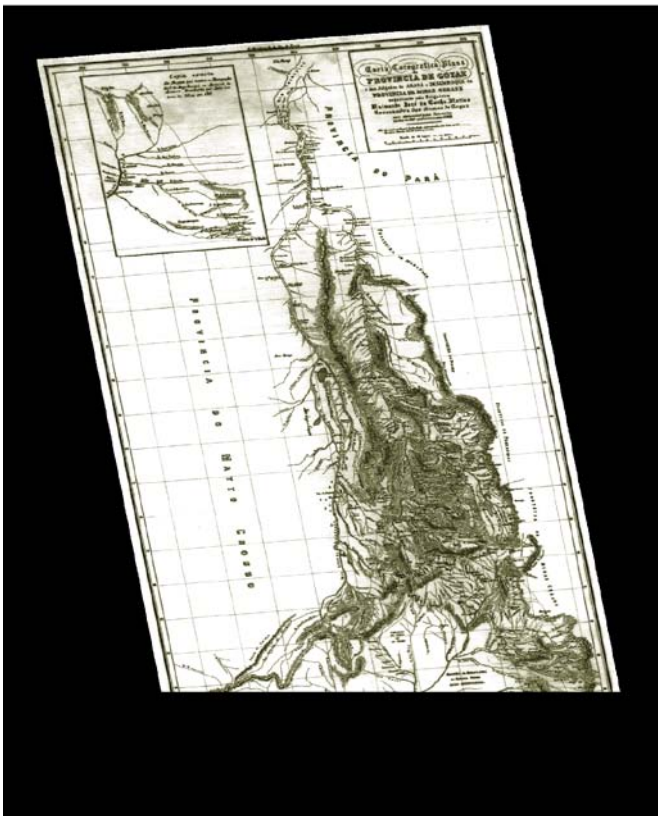


Figura 19 – Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da Provincia de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz. 1836. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

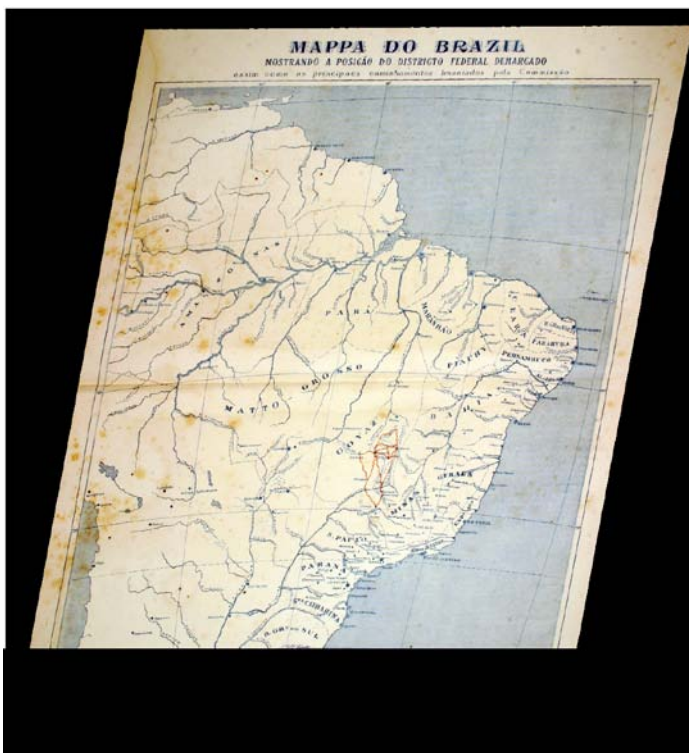


Figura 20 – Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. 1893. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

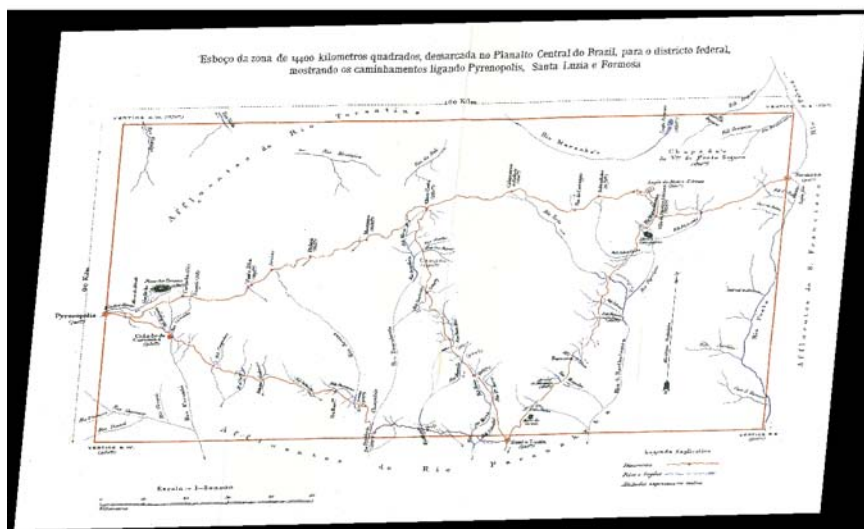


Figura 21 – Mapa Esboço da zona de 14.400 quilômetros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brasil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa. 1894. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

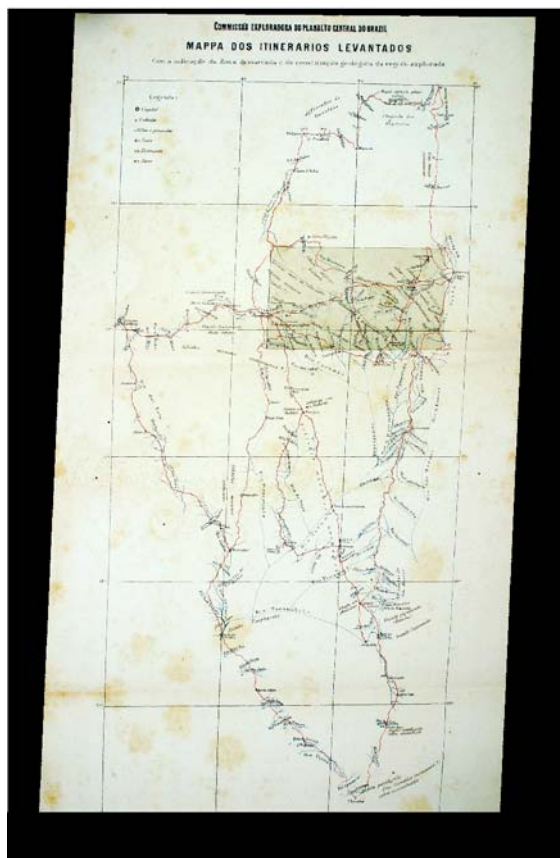


Figura 22 – Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. 1895. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

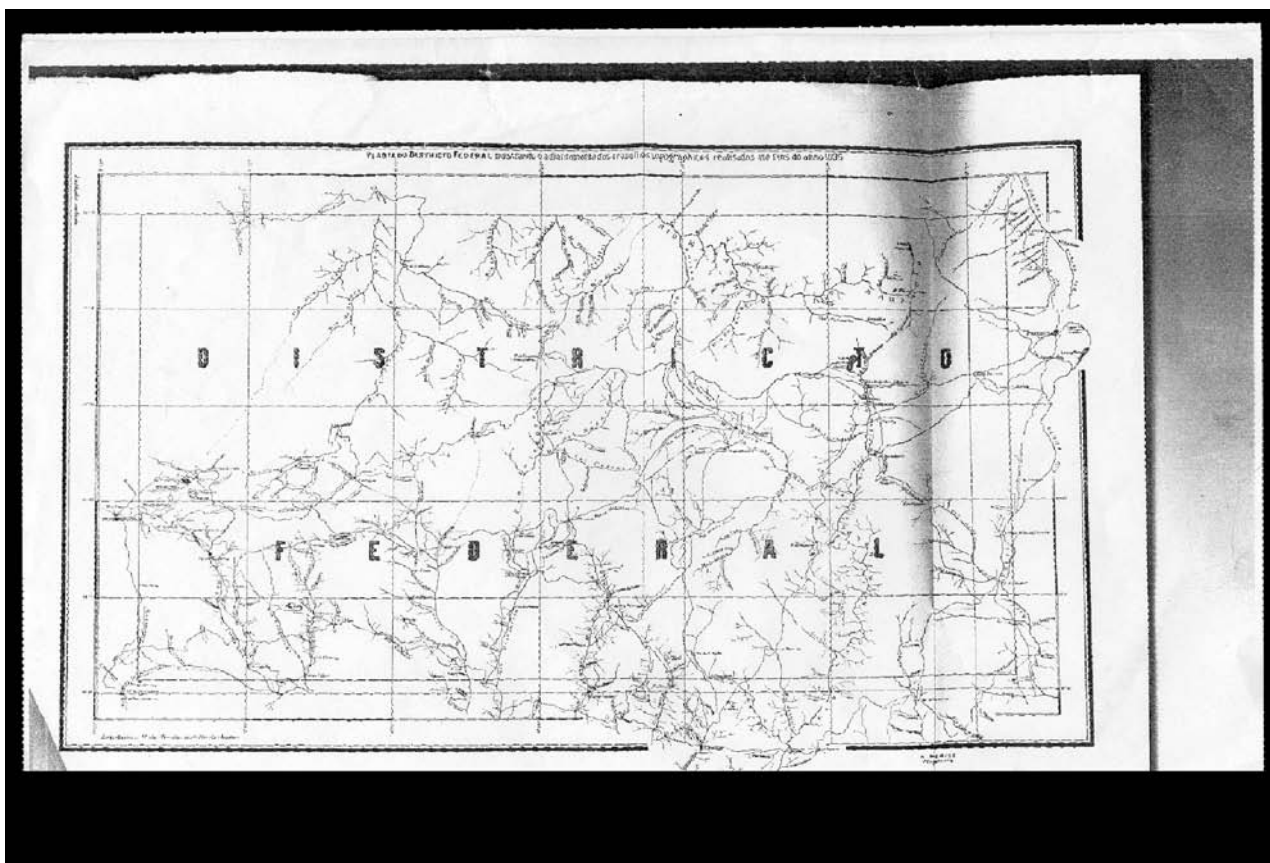


Figura 23 – Planta do Distrito Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895. 1896. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.



Figura 24 – Mapa Novo Distrito Federal – Planta-Índice Cadastral. 1958. Mapa georeferenciado com base Sicad de 1991, atualizado para 1997.

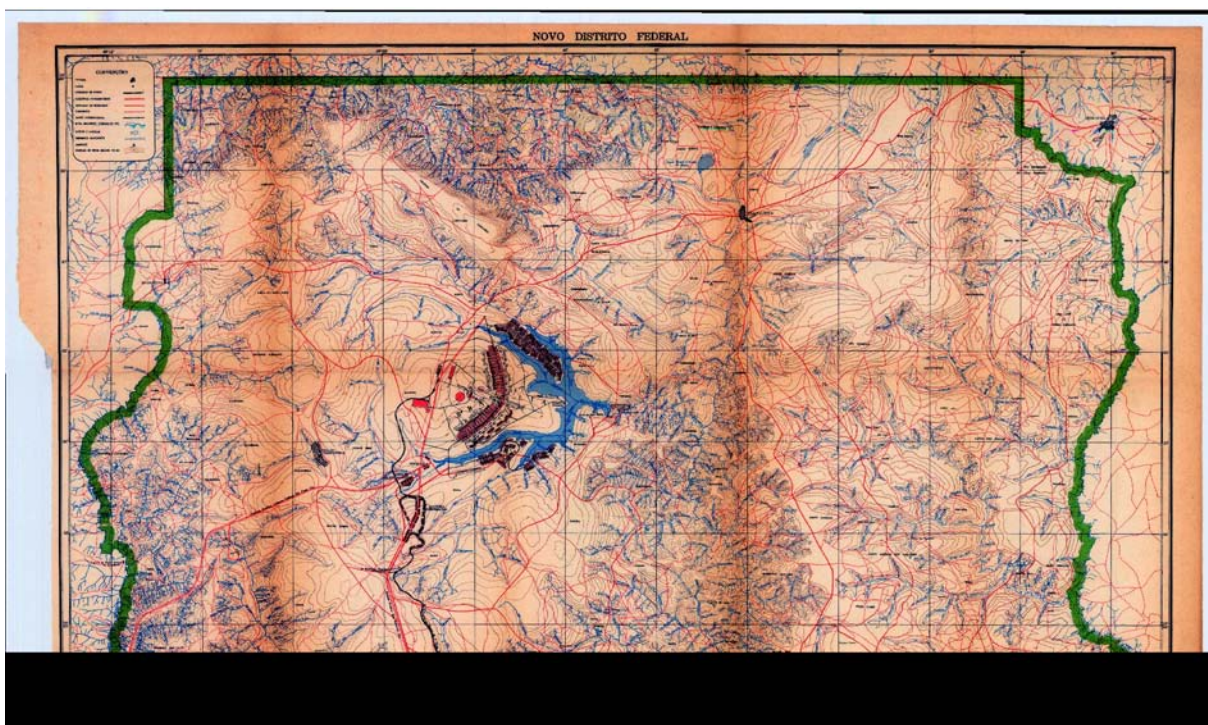


Figura 25 – Mapa Novo Distrito Federal. 1960. Mapa georeferenciado com base Sica de 1991, atualizado para 1997.

A partir do material organizado, foi construída planta do DF, sobreposta com a imagem do SRTM e as oito estradas históricas (**Figuras 26 e 27**). É possível perceber que praticamente todas as estradas, após entrarem no DF a partir de Formosa, atravessam a porção norte do território e descem rumo a Pirenópolis.

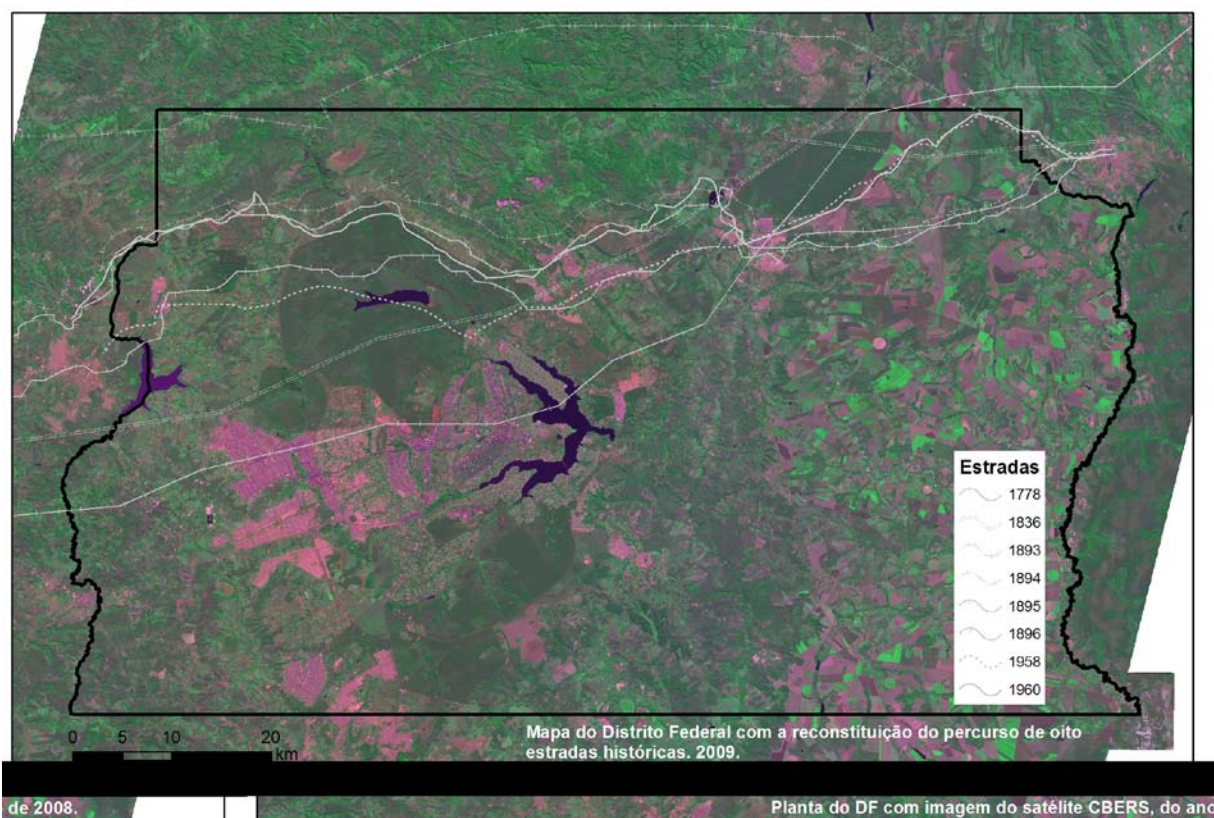


Figura 26 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.

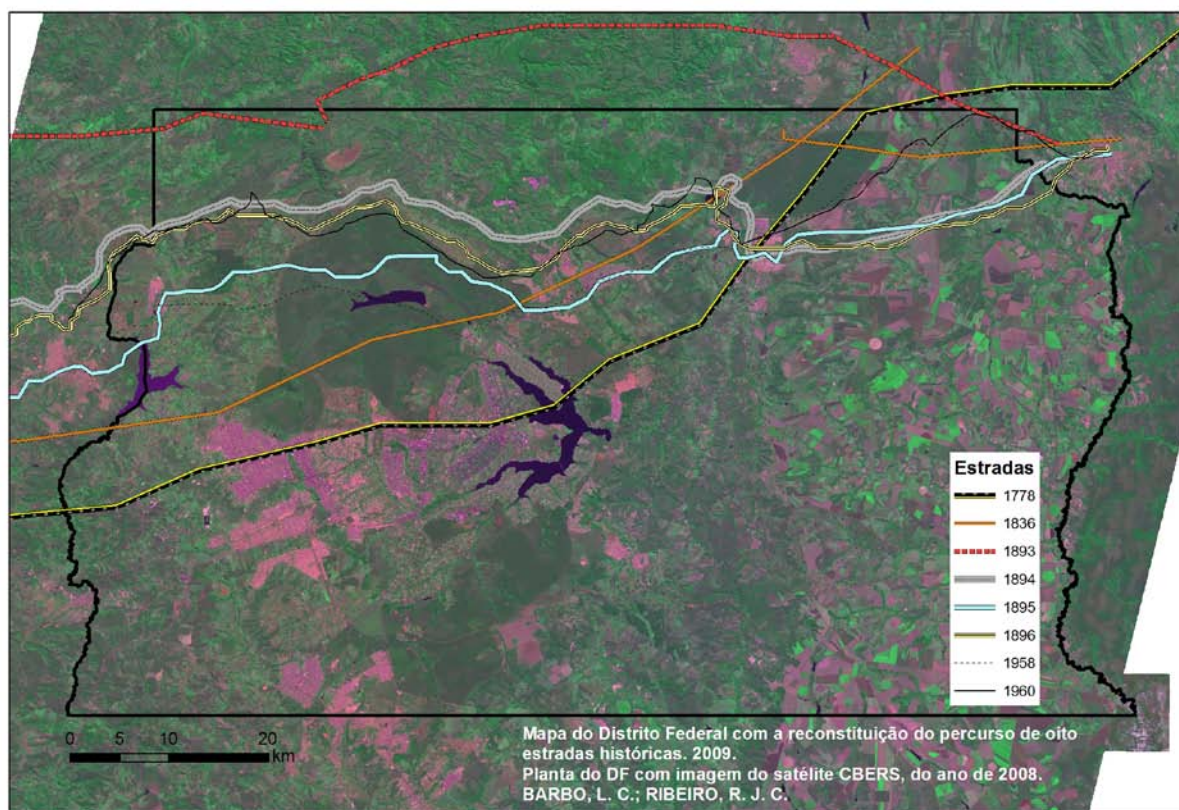


Figura 27 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.

Embora muito próximas umas das outras, as estradas não são exatamente coincidentes. É preciso considerar que o uso de diferentes mapas, com diferentes escalas é um problema para análises espaciais, pois haverá diferentes níveis de detalhamento, permitindo que um mesmo objeto sofra diferentes abordagens espaciais. Por exemplo, num lago na cartografia de escala grande sua descrição no SIG inclui forma e área, ou seja, sua dimensão geométrica. O mesmo lago na cartografia de escala pequena será representado por um ponto, ou, ainda, se for de pequena dimensão ou importância poderá inclusive não ser mapeado. Este é um problema a ser considerado nos SIGs, pois mapas de um mesmo lugar com projeções diferentes podem implicar em distorções nas formas dos objetos ou na área⁴⁸.

O modelo tridimensional do território do Distrito Federal, sobreposto à imagem de satélite e às oito estradas históricas, permite verificar se a topografia exerceu alguma influência no desenho dessas antigas estradas (**Figuras 28 e 29**). Com o modelo tridimensional percebemos melhor as características da paisagem e o grande movimento do relevo, que podem ter influenciado o direcionamento dos caminhos. Constatamos que a maioria das estradas passava pelas regiões altas, isto é, pelas chapadas, o que coincide com o relato dos viajantes. O relevo sugere que, provavelmente, era mais fácil de circular pelas chapadas do que nas partes mais baixas e mais movimentadas ou irregulares.

⁴⁸ LOCH (2006). *Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais*. p. 82-83.

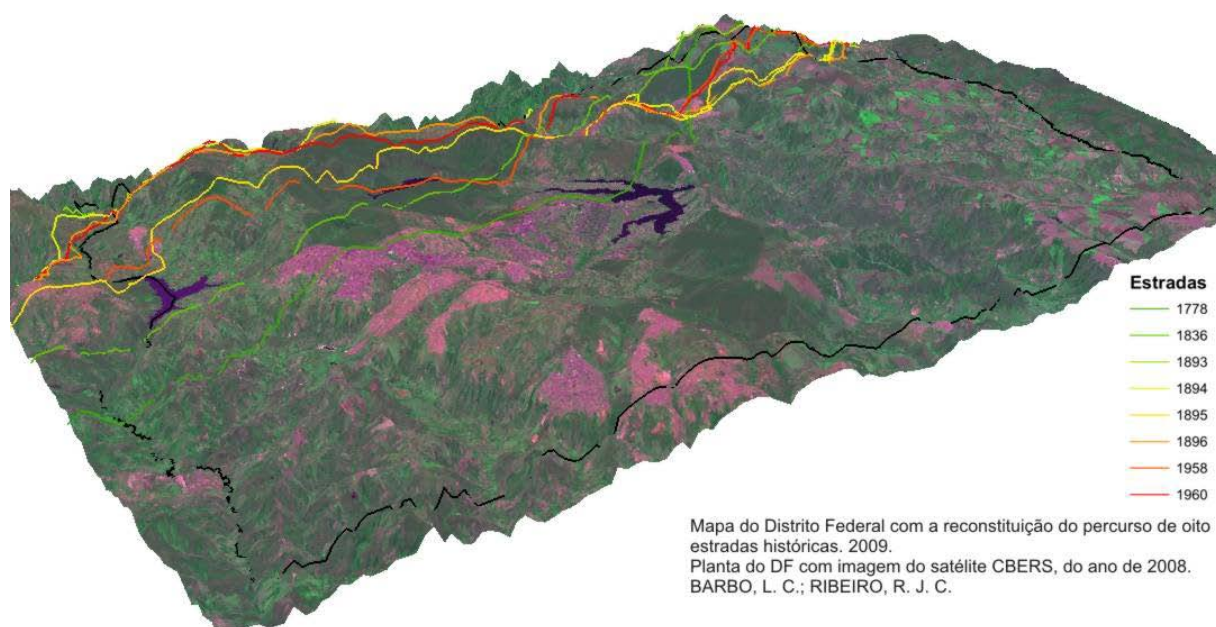


Figura 28 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.

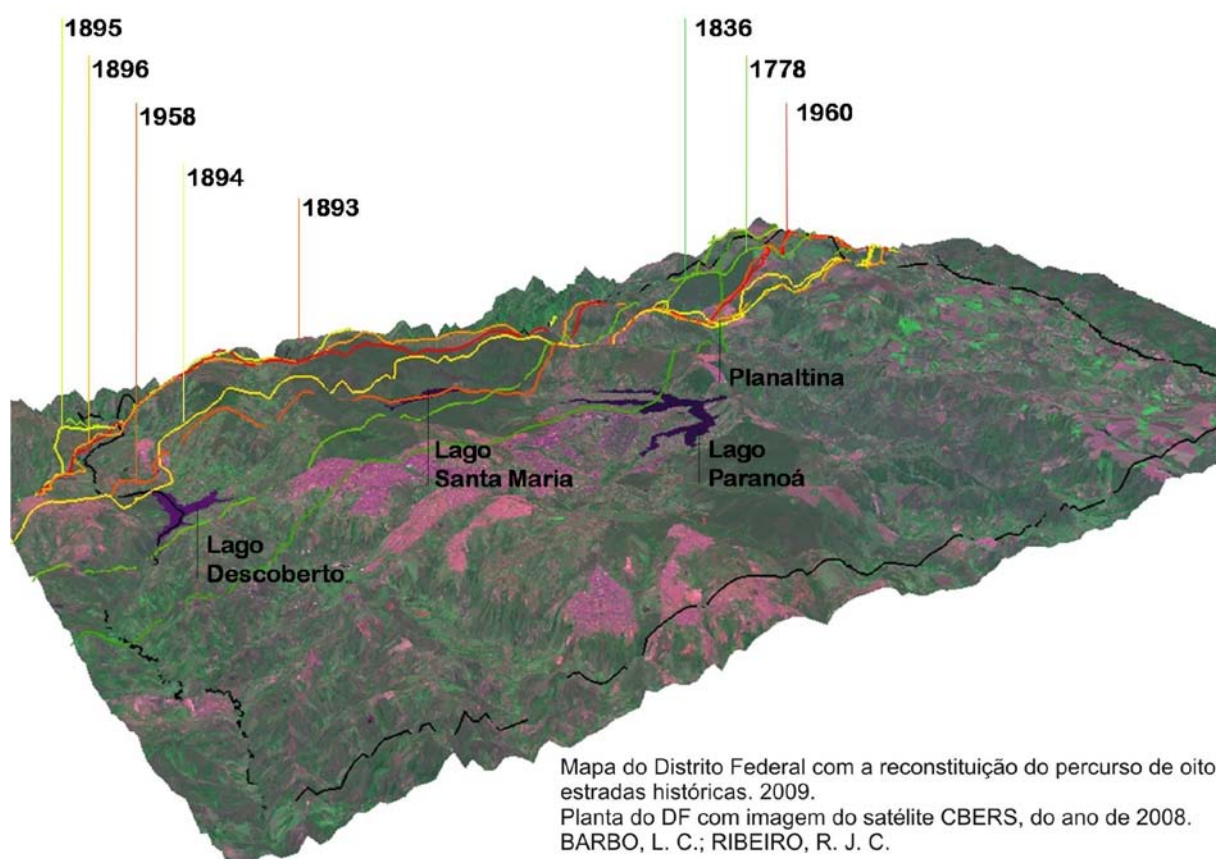


Figura 29 – Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas. 2009.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A historiografia do território do atual Distrito Federal ainda hoje tem muitas lacunas. Com o intuito ampliar as possibilidades metodológicas de investigação, utilizou-se o geoprocessamento como ferramenta base para a busca do conhecimento do território e das dinâmicas das expedições e viagens que atravessaram a região. Com a aplicação das técnicas de geoprocessamento foi possível a visualização georeferenciada da informação histórica. Assim, a pesquisa desenvolvida nesta monografia vem contribuir, principalmente, para o estudo das preexistências de Brasília, ou seja, o patrimônio natural e cultural existente no território delimitado como DF, onde foi construída a cidade-monumento.

A grande distância que separa Goiás do litoral, assim como suas especificidades históricas, resultou no estabelecimento de uma rede de estradas coloniais e no desenvolvimento, especialmente nas fazendas goianas, de um estilo de vida peculiar com a adoção de soluções para os problemas que lhes eram próprios. Poucos são os estudos realizados sobre as fazendas antigas de Goiás e sua inserção no espaço geográfico e na paisagem local, o que dificulta, sobremaneira, resgatar e divulgar a memória da arquitetura rural e de técnicas construtivas. A cada dia, fazendas coloniais são destruídas ou abandonadas, trechos das antigas vias são desfeitos para dar lugar a estradas asfaltadas, matas nativas são substituídas pela monotonia dos eucaliptais e das pastagens, e se apagam os últimos vestígios dos caminhos reais.

A historiografia regional pode recompor diversos aspectos da vida social, política e econômica de comunidades com base em pesquisa no acervo de arquivos e instituições culturais, na cartografia histórica e nos relatos de viajantes. A reconstituição e, por conseguinte, reabilitação dos caminhos reais irá possibilitar uma série de ações voltadas para a proteção do seu patrimônio cultural, a sua exploração econômica e a reafirmação da sua importância histórica. O trabalho busca lançar um olhar sobre os caminhos de ocupação no Planalto Central, particularmente nos limites do território do atual DF, por meio da análise e comparação de documentos cartográficos, tendo como recorte temporal o período que compreende do ano de 1751 até 1896, e somando-se à leitura atenta do relato de oito viajantes que cruzaram a região, nos séculos XVIII e XIX. Os mapas foram, também, confrontados e sobrepostos a outros dois produzidos imediatamente antes da inauguração de Brasília, 1958 e 1960.

Os mapas históricos, por si só, desafiam os usuários a entender os princípios geográficos da cartografia, principalmente a escala. Conforme registrado nos relatos dos cronistas, cartógrafos faziam mapas tradicionalmente juntando informações de mapas publicados ou pesquisas de campo. Os mapas produzidos eram, muitas vezes, atos de interpretação.

Para promover a reabilitação das Estradas Coloniais se faz necessário construir uma base de dados com a cartografia histórica que reúna o maior número possível de referências sobre a região do Planalto Central, nos séculos XVIII e XIX e, por meio de vários cruzamentos de dados possíveis, produzir um instrumento de pesquisa que forneça um acesso organizado e amplo a pesquisadores que se interessem por esse tema. O Planalto Central, nos limites do atual território do DF, possui um rico material sobre viajantes com infinitas possibilidades de pesquisa, ao mesmo tempo, não se tem notícia de uma base de dados especializada em cartografia histórica e viajantes dessa região.

O geoprocessamento está possibilitando um novo nível de entendimento dos mapas históricos. Antes dessa metodologia, os mapas eram analisados com base em um olhar crítico e conhecimento *a priori*. A comparação entre dois ou mais mapas era possível, mas a confiabilidade de suas conclusões estava diretamente ligada à acurácia visual e habilidade de interpretação do leitor. Quando os mapas são convertidos para o meio digital eles podem ser manipulados e combinados com outros dados espaciais, assim como modelos digitais de elevação (3D). A paisagem tridimensional é reconhecida mais rapidamente e conexões ligando mapas históricos aos mapas de hoje facilitam a comparação visual e o entendimento por parte dos leitores. Essa nova tecnologia está estimulando um novo interesse pela cartografia histórica.

A maior dificuldade encontrada no desenvolvimento da pesquisa foi compatibilizar o uso de diferentes mapas, com diferentes escalas. O fato de não haver padronização cartográfica gerou uma grande distorção nos elementos, tais como curvatura dos rios ou localização dos sítios. Como exemplo, temos que o *Mappa do Brazil*, de 1893 (**figura 20**), embora elaborado pela Missão Cruls, após o seu georeferenciamento, apresentou um resultado totalmente diferente dos outros três mapas produzidos pela mesma Comissão (**figuras 21 a 23**). Quando as estradas foram transpostas para a planta do DF, sobreposta a imagem CBERS (**figura 27**), a distorção se fez perceber ainda com maior clareza, porque a estrada ficou fora dos limites do atual DF. Outro fator de distorção é o processo de escanização de mapas históricos, por trabalhar com folhas antigas, o que pode deformar a estrutura do mapa.

Ao final da pesquisa, podemos afirmar que as dificuldades não criam impossibilidades. Num primeiro momento podemos não ter exatidão, precisão; mas o resultado traz confiabilidade, permitindo clara observação dos resultados. Esses resultados podem ser refinados, ajustados com o cruzamento das informações disponíveis e, de toda forma, já se apresentam como norteadores para pesquisas de campo na procura por remanescentes.

A pesquisa atingiu seus objetivos quando, ao final, comprovou, sem sombras de dúvidas, que as estradas históricas cruzavam o território do atual Distrito Federal. Após a seleção dos documentos cartográficos históricos que embasaram o trabalho (**Quadro 1**); o georeferenciamento individualizado de cada um em base cartográfica atual (**Figuras 18 a 25**); a digitalização em tela das estradas que cruzavam os atuais limites do DF (**Figuras 7, 9, 11, 12, 14 a 17**); a sobreposição do percurso das estradas registradas nos mapas históricos a uma imagem do satélite CBERS, do ano de 2008 (**Figuras 26 e 27**); e, finalmente, a geração do modelo tridimensional do território do Distrito Federal, com a sobreposição das estradas históricas (**Figuras 28 e 29**), visualizamos com clareza o trajeto que as antigas estradas percorriam ao norte do atual DF.

Além de coincidir com o relato de alguns dos viajantes estudados, o resultado do trabalho é corroborado pelas feições morfológicas da região norte do território do DF, formadas por planaltos medianamente elevados, cujas altitudes oscilam em torno de 1.000 metros, que em suas partes mais altas apresentam amplas superfícies planas, os denominados chapadões. Ao que tudo indica, era por sobre eles que se desenvolviam os caminhos que cruzavam a região, conforme se pode observar em foto dos chapadões na Apa do Cafuringa, na Região Administrativa de Sobradinho, com vestígios de antigas estradas (**Figura 30**).



Figura 30 – Vista aérea sobre a Apa do Cafuringa. Os chapadões com vestígios de antigas estradas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Cristiana Viegas de. **Ocupação populacional nas minas oitocentistas: uma proposta de aplicação do geoprocessamento nas análises históricas**. Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Geoprocessamento da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003. Disponível em <http://www.csr.ufmg.br/geoprocessamento/centrorecursos/5cursopub/>. Acesso em 28/09/2008.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Anais da Província de Goiás: 1863**. Brasília: Sudeco, Editora Gráfica Ipiranga Ltda.; Governo de Goiás, 1979.
- BERTRAN, Paulo. **História da terra e do homem no Planalto Central: eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador**. Brasília: Verano, 2000.
- _____. (org.). **Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783**. Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. t. 1 e 2.
- BERTRAN, Paulo e FAQUINI, Rui. **Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: origens**. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002.
- BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Coleção Morgado de Mateus**. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm. Acesso em 22/11/2008.
- CÂMARA, Gilberto; DAVIS, Clodoveu; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira (orgs.). **Introdução à Ciência da Geoinformação**. Capítulo 7. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/gilberto/livro/introd/cap7-mnt.pdf>. Acesso em 09/09/2009.
- COLOMBINA, Tosi. *Ilmo. e Exmo. Snh. Conde dos Arcos Dom Marcos de Noronha do Conselho de S. Mag. Governador e Capitan General de Goyaz: 1751*. In: ARQUIVO HISTÓRICO ESTADUAL. **Revista do Arquivo Histórico Estadual, nº 3**. Goiânia: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – Sudeco; Secretaria da Educação e Cultura do Estado de Goiás, dezembro, 1981. p. 160-162.
- COSTA, Antonio Gilberto (org.). **Os caminhos do ouro e a Estrada Real**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.
- _____. (org.). **Roteiro prático de cartografia: da América Portuguesa ao Brasil Império**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- CRULS, Luiz. **Planalto Central do Brasil**. 3ª Ed. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957.
- DUARTE, Paulo Araújo. **Fundamentos de cartografia**. 3. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.
- ESRI – *Environmental Systems Research Institute*. **GIS software that gives you the geographic advantage**. Disponível em http://www.esri.com/about_esri.html. Acesso em 16/08/2009.
- FARIAS, Darcy Dornelas de. **Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História, UnB, 2006.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Brasil: geral e regional**. Organizado pela Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia. Segunda Tiragem. Lucas-RJ: IBGE, 1960.
- _____. **Cartografia**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/manual_nocoas/representacao.html. Acesso em 26/08/2009.
- _____. **Glossário cartográfico**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/glossario/glossario_cartografico.shtm. Acesso em 26/08/2009.
- INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. **CBERS – Satélite sino-brasileiro de recursos terrestres**. Disponível em <http://cbers.inpe.br/?content=recepcao/>. Acesso em 16/08/2009.
- INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás**,

- nº 10. Goiânia: Gráfica Editora Líder, abril, 1982.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional & FUNPEL – Fundação Cultural Pedro Ludovico Teixeira. (2000). **Dossiê de Goiás**. Goiânia.
- LOCH, Ruth E. Nogueira. **Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.
- MATOS, Raimundo José da Cunha. **Chorographia Histórica da Província de Goyaz**. Goiânia: Sudeco, Gráfica Editora Líder, 1979.
- _____. **Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas Províncias de Minas Gerais e Goiás, seguido de uma descrição corográfica de Goiás, e dos roteiros desta província às do Mato Grosso e São Paulo**. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2004.
- MARTINELLI, Marcello. **Mapas de geografia e cartografia temática**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- MOREIRA, Maurício Alves. **Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação**. 3ª Ed. atualizada e ampliada. Viçosa: Ed. UFV, 2005.
- MORIZE, Henrique. **Observatório Astronômico: um século de história: 1827-1927**. Coleção Documentos da História da Ciência, n. 1. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins: Salamandra, 1987.
- MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Luiz Cruls: o homem que marcou o lugar**. Brasília: Gráfica e Editora Qualidade, 2003.
- PACHECO, Altamiro de Moura. *Primórdios de Brasília*. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE GOIÁS. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, nº 4, ano 1**. Goiânia: Gráfica Editora Oriente, dezembro, 1975. p. 83-175.
- PIMENTEL, Antonio Martins de Azevedo. **A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil**. 2. ed. fac-similada. Brasília: Thesaurus, 1985.
- PINHEIRO, Antônio César Caldas; COELHO, Gustavo Neiva (orgs.). **O diário de viagem do Barão de Mossamedes: 1771-1773**. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- RIBEIRO, Rômulo José da Costa. **Índice composto de qualidade de vida urbana: aspectos de configuração espacial, socioeconômicos e ambientais urbanos**. Tese de Doutorado. Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2008. Disponível em http://www.unb.br/fau/pos_graduacao/. Acesso em 21/08/2009.
- ROCHA JÚNIOR, Deusdedit Alves; VIEIRA JÚNIOR, Wilson; CARDOSO, Rafael Carvalho C. **Viagem pela Estrada Real dos Goyazes**. Brasília: Paralelo 15, 2006.
- RUMSEY, David; WILLIAMS, Meredith. *Historical Maps in GIS*. In: KNOWLES, Anne Kelly (org.). **Past Time, Past Place: GIS for History**. 2002. p. 1-18. Disponível em <http://downloads2.esri.com/ESRIpress/images/53/ch01.pdf>. Acesso em 26/08/2009.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. **Colônia do Santíssimo Sacramento e seus mapas: 1680-1777**. *Urbanismo de Origem Portuguesa n.º 6. I Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica*. Outubro de 2006. Disponível em <http://revistas.ceurban.com/numero6/artigos/andreyrosenthalschlee.htm>. Acesso em 27/06/2009.
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. **APA de Cafuringa: a última fronteira natural do DF**. Brasília: Semarh, 2005.
- SILVA, Ardemirio de Barros. **Sistemas de Informações Georeferenciadas: conceitos e fundamentos**. Maurício Alves. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- SRTM – *Shuttle Radar Topography Mission*. **Mission Summary**. Disponível em <http://srtm.usgs.gov>. Acesso em 16/08/2009.

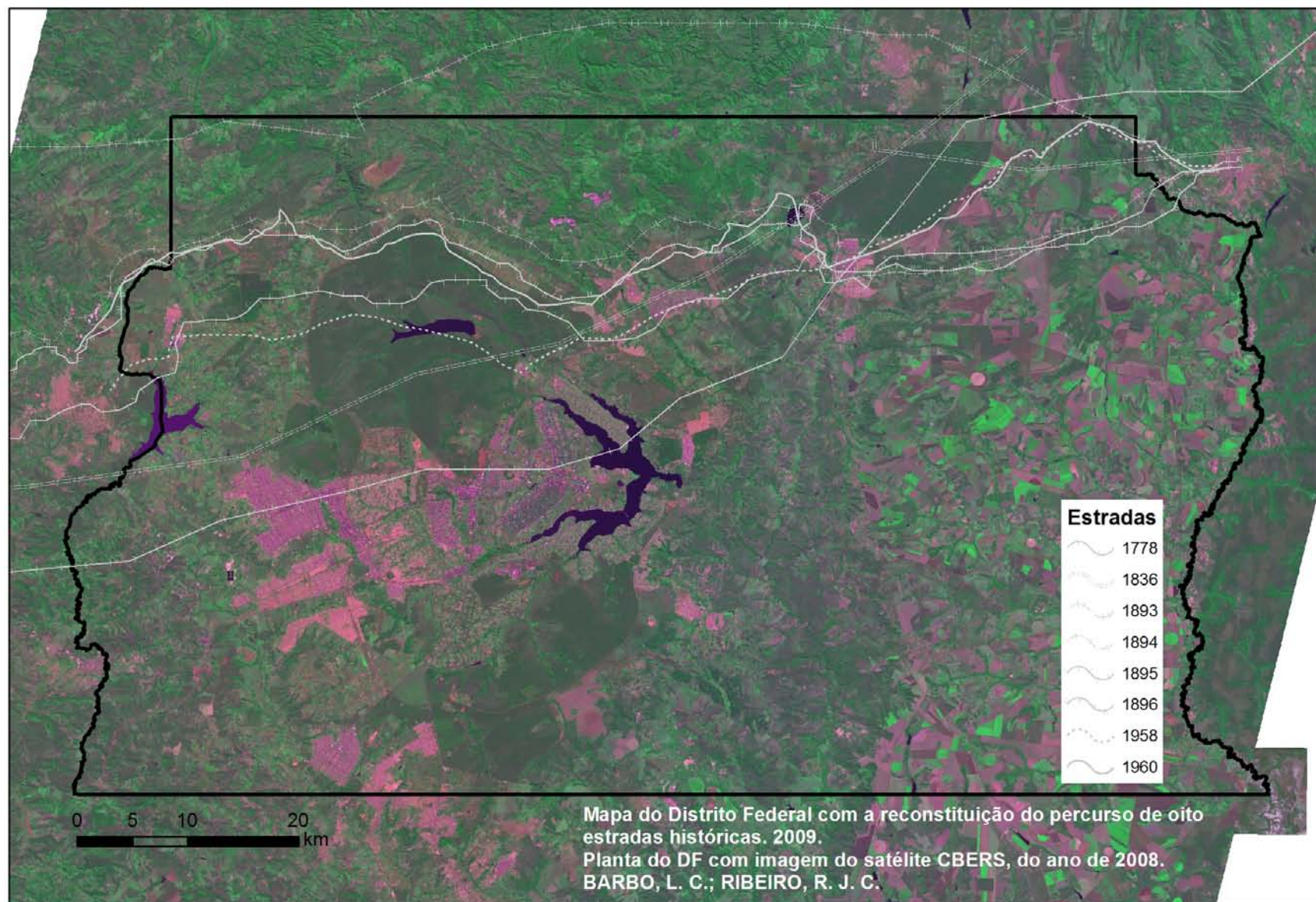
REFERÊNCIAS CARTOGRAFICAS

- [?]. **Mappa dos Sertões, que se comprehendem de Mar a Mar entre as Capitanias de S. Paulo, Goyazes, Cuyabá, Mato-grosso, e Pará. 17--.** In: Biblioteca Nacional (Brasil). *Coleção Morgado de Mateus*. Disponível em www.bn.br/bndigital/pesquisa.htm. Acesso em 22/11/2008.
- BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas.** 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008.
- BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas.** 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008.
- BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas.** 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008. .
- BARBO, L. C.; RIBEIRO, R. J. C. **Mapa do Distrito Federal com a reconstituição do percurso de oito estradas históricas.** 2009. Planta do DF com imagem do satélite CBERS, do ano de 2008.
- COLOMBINA, F. T. **Primeira Carta da Capitania de Goiás. 1751.** In: Paulo Bertran e Rui Faquini. *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: Origens*. Brasília. Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p. 135.
- COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. **Mappa do Brazil, mostrando a posição do Distrito Federal demarcado assim como os principais caminhamentos levantados pela Comissão. 1893.** In: Acervo Lenora de Castro Barbo.
- COMISSÃO EXPLORADORA DO PLANALTO CENTRAL DO BRAZIL. **Mappa dos itinerários levantados, com a indicação da Zona demarcada e da constituição geológica da região explorada. 1895.** In: Acervo Lenora de Castro Barbo.
- IBGE. **Mapa Novo Distrito Federal. 1960.** Organização e desenho do Eng^o-Cartógrafo Clóvis de Magalhães. In: IBGE. *Atlas do Brasil: Geral e Regional*. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1960, anexo.
- MATOS, R. J. C. **Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. 1836.** In: Antonio Gilberto Costa (org.). *Roteiro prático de cartografia: da América portuguesa ao Brasil Império*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007, p.173.
- MATOS, R. J. C. **Carta Corografica Plana da Provincia de Goyaz e dos Julgados de Araxá e Desemboque da província de Minas Geraes organizado pelo Brigadeiro Raimundo Jozé da Cunha Mattos Governador das Armas de Goyaz para acompanhar os seus itinerários escritos em 1826 e publicados no anno de 1836. 1836.** In: IPHAN; FUNPEL. *Dossiê de Goiás*. Goiânia, 2000. Redesenhado por Marco Antônio Galvão, 1990. Fonte: SEDOC / Exército – Brasília.
- MORIZE, H. **Planta do Districto Federal mostrando o adiantamento dos trabalhos topographicos realizados até fins do anno 1895. 1896.** In: Luiz Cruis. *Planalto Central do Brasil*. 3ª Ed. Coleção Documentos Brasileiros, 91. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1957, p. 335.
- PARADA, J. M; GERULEWICZ, J. **Planta-Índice Cadastral sobre folha cartográfica da área do Novo Distrito Federal obtida pelo lançamento das divisas de todos os imóveis situados dentro da área. 1958.** Comissão de Cooperação para Mudança da Capital Federal, In: Darcy Dornelas de Farias. (2006). *Terras no Distrito Federal – experiências com desapropriações em Goiás: 1955-1958*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de História, Universidade de Brasília. 2006. p. 99.
- PIMENTEL, A. M. A. **Esboço da zona de 14.400 kilometros quadrados, demarcada no Planalto Central do Brazil, para o districto federal, mostrando os caminhamentos ligando Pyrenopolis, Santa Luzia e Formosa. 1894.** In: Antonio Martins de Azevedo Pimentel. *A Nova Capital Federal e o Planalto Central do Brasil*. 2. ed. fac-similada, Brasília, Thesaurus, 1985. p. 5.
- SOUZA, T. **Carta ou Plano da Capitania de Goyas huma das do Centro da America Meredional pertencente ao Reino de Portugal. 1778.** In: Antônio César Caldas Pinheiro; Gustavo Neiva Coelho (orgs.). *O diário de viagem do Barão de Mossâmedes: 1771-1773*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2006. p. 147.
- SOUZA, T. **Carta ou Plano Geographico da Capitania de Goyaz. 1778.** In: Paulo Bertran e Rui Faquini. *Cidade de Goiás: Patrimônio da Humanidade: Origens*. Brasília, Ed. Verano; São Paulo, Takano, 2002. p. 136-137.

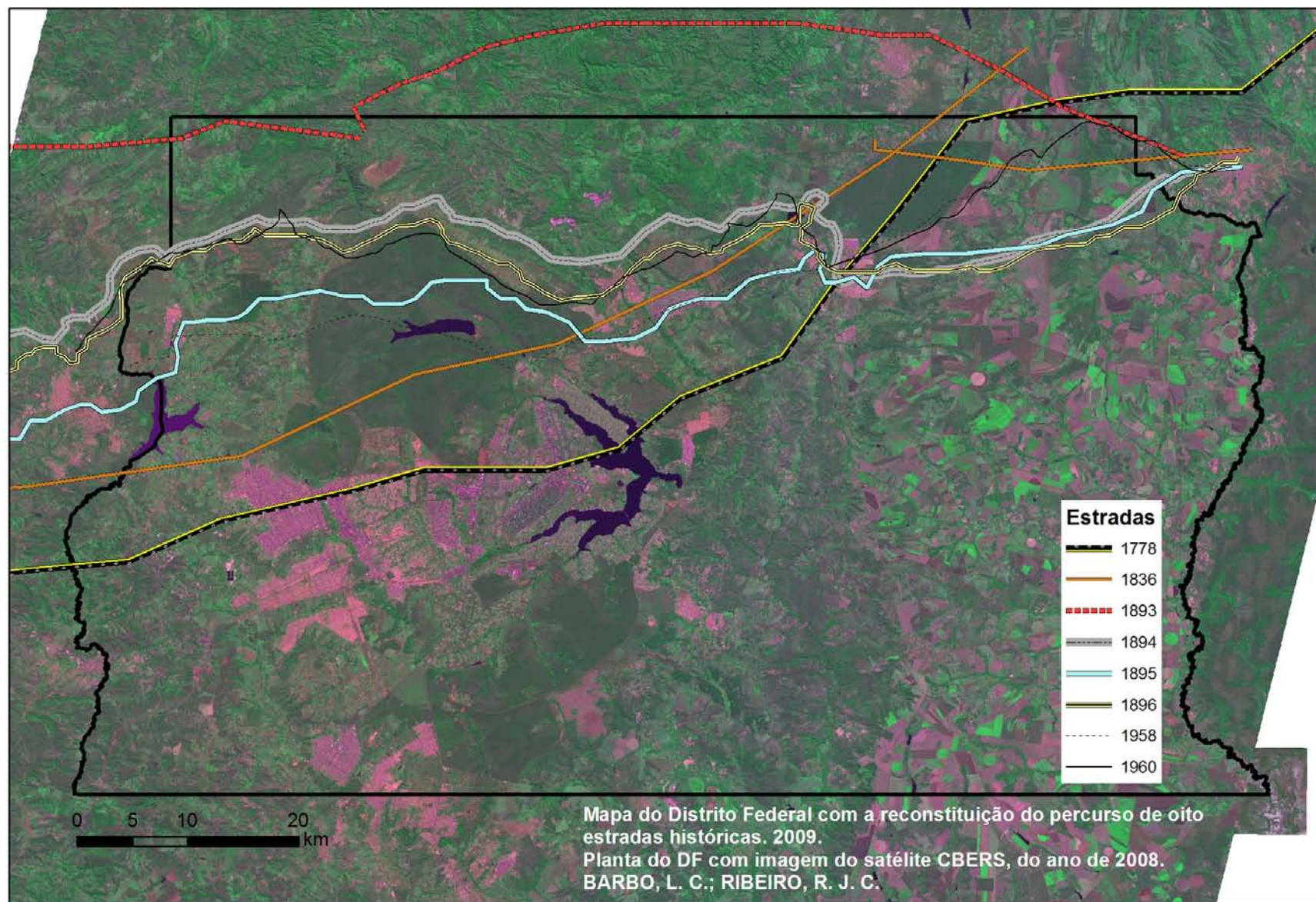
- SOUZA, T. **Mapa dos Julgados da Capitania do Goiás 1777-1778. 1778.** In: Paulo Bertran (org.), *Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996, t.1 p.101.
- SOUZA, T. **Mapa dos Julgados da Capitania de Goiás. 1778.** In: Deusdedit Alves Rocha Júnior; Wilson Vieira Júnior; Rafael Carvalho C. Cardoso. *Viagem pela Estrada Real dos Goyazes*. Brasília: Paralelo 15, 2006. p. 73.

ANEXOS

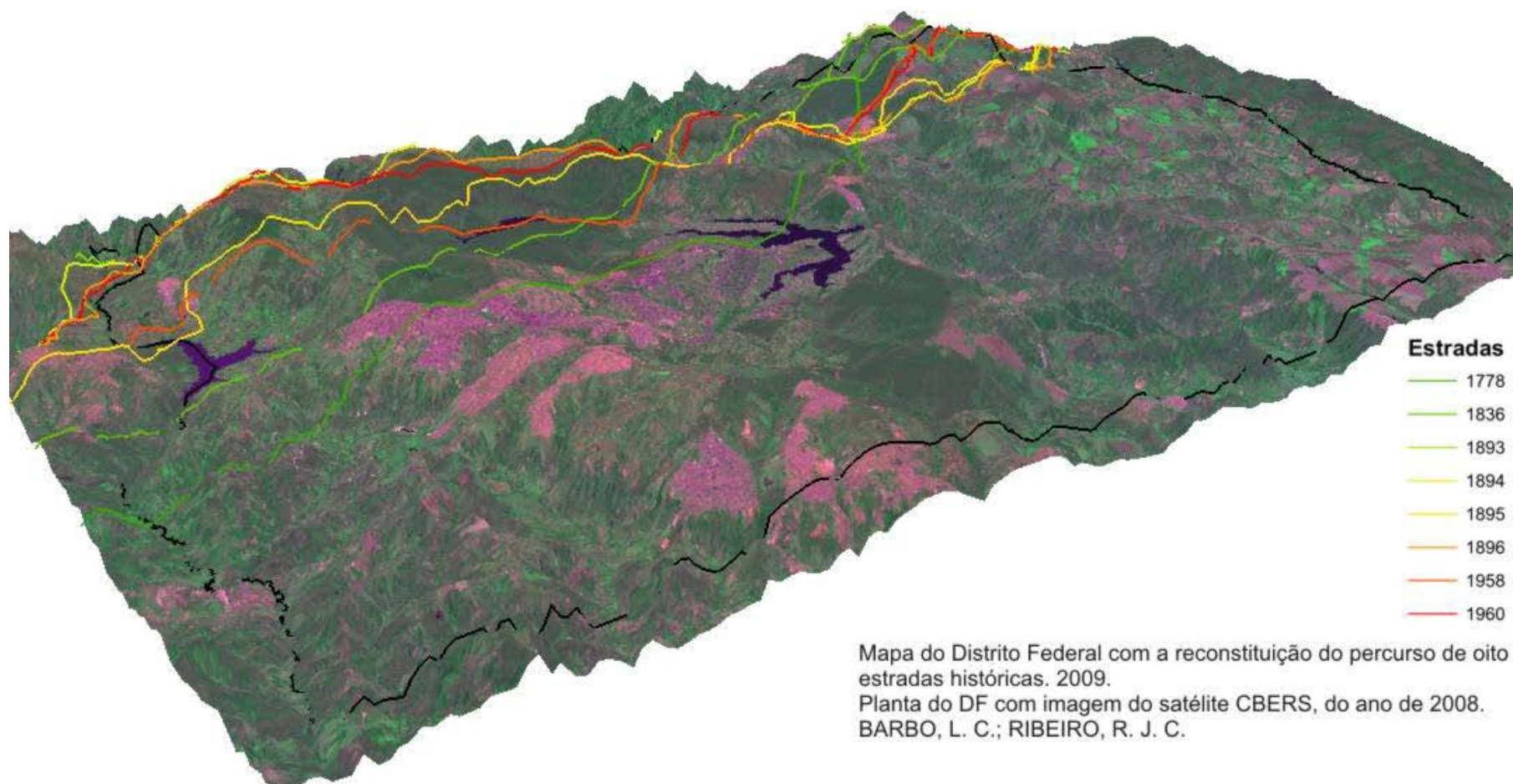
Anexo 1



Anexo 2



Anexo 3



Anexo 4

